

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM NA UNIÃO
EUROPÉIA – CONTRADIÇÕES INTERNAS E
DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE DO PRODUTOR NO
PERÍODO DE 1991 A 2003**

RÔMULO CUNHA CORRÊA
matrícula nº: 104041512

ORIENTADOR: Prof^ª. Marta Lemme

Janeiro 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM NA UNIÃO
EUROPÉIA – CONTRADIÇÕES INTERNAS E
DISTRIBUIÇÃO DO EXCEDENTE DO PRODUTOR NO
PERÍODO DE 1991 A 2003**

RÔMULO CUNHA CORRÊA
matrícula nº 104041512
e-mail:romulo.ccorrea@gmail.com

ORIENTADOR: Prof^ª. Marta Lemme
e-mail: martalemme@terra.com.br

Janeiro 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

"A verdadeira dificuldade não está em aceitar idéias
novas, mas em escapar das velhas idéias"
(J. M. Keynes)

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa grande etapa é preciso reconhecer toda a ajuda, confiança que a mim foi depositada e consideração das pessoas que participaram de forma fundamental nestes últimos anos de minha vida.

Gostaria de agradecer a minha orientadora Marta Lemme e aos professores da minha banca João Felipe Cury e Galeno Tinoco Ferraz e aos outros professores marcantes nessa etapa. São eles Vânia Maria Cury, Elisa Muller, Fernando Cardim e Rolando Gárciga do nosso Instituto de Economia da UFRJ e a professora Ana Paula Africano da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal. Agradeço também ao professor Romulo Ferreira por ser meu mestre e amigo.

Meus colegas de profissão, os quais passaram os melhores e piores momentos dessa etapa da vida não poderiam ficar de fora. São meus queridos amigos Eduardo Fabiano e Thaís Krutman, por me adotarem, Guilherme Luiz de Freitas e Reinaldo Bedim, pela diversão e acolhida, Nathalia Mariano e Otávio Azeredo, por serem amigos-irmãos, Helena Pinheiro e Juliana Moreto, por existirem, Eric Jardim e Thais Lins, pelas pacientes explicações, minha veterana favorita, Evelyn Nunes e Juliana Zuleta, por tudo que realizamos e ainda vamos realizar.

Não posso deixar de agradecer também aos longínquos, mas sempre presentes, Andrei Tudose e Marcus Kotsakechagias, pelas risadas, as queridas Lara Pinto, Luísa Silva, Meltem Lale Unal e Marie Parès, e aos meninos Diogo Cardoso, Thais Tannus e Túlio Campos por serem incríveis.

Meus amigos de infância que sempre torceram incondicionalmente para o meu sucesso e me apoiaram até mesmo nas fases de dedicação exclusiva aos estudos e posterior sumiço. São eles Aline Nunes, pela doçura, Andrea Félix, pelas gargalhadas infinitas, Thayanna Rodrigues e Rafael Mohrstedt, pelo companheirismo, e Renata Cavalcanti por ser minha irmã.

Obviamente, não posso deixar de agradecer a todos da minha família, que sem dúvida alguma são os condicionantes do que hoje sou, e principalmente, a minha mãe Marilene por ser essencial, a minha avó Julia pelo apoio, suporte e valores e a minha tia Maria Helena por ser minha mãe também.

Enfim, agradeço a todas aquelas pessoas que passaram pela minha vida e contribuíram com alguma coisa. Obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a Política Agrícola Comum da União Européia, tratando mais especificamente sobre os seus efeitos sobre a produção e balança comercial de produtos agrícolas, bem como sobre a distribuição de renda entre produtores agrícolas. A análise realizada é indicativa de que, na busca pela auto-suficiência na produção agrícola, a UE adotou uma política onerosa aos seus cidadãos, uma vez que, por um lado, induziu que estes pagassem preços mais altos no consumo de alimentos e, por outro lado, se distanciou do seu objetivo de proteção da rentabilidade do pequeno produtor rural. Seus resultados em relação à auto-suficiência também são duvidosos pois existem evidências fortes de que grande parte da produção interna é voltada para a exportação compatíveis com importações crescentes de commodities agrícolas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: BEM-ESTAR E ABERTURA COMERCIAL	12
I.1 Instrumentos de Política Comercial	12
<i>I.1.1 - Tarifas de Importação</i>	12
<i>I.1.2 - Subsídios à Exportação</i>	16
I.2 Análise de Bem-estar: Excedente do Consumidor e do Produtor	17
CAPÍTULO II: PRINCIPAIS MECANISMOS E FINANCIAMENTO DA PAC	22
II.1 Principais Mecanismos	22
<i>II.1.1 Organizações Comuns de Mercado</i>	23
<i>II.1.2 Política Sócio-estrutural</i>	25
II.2 O Orçamento Comum Europeu e a PAC	26
<i>II.2.1 A Evolução dos Gastos</i>	26
<i>II.2.2 Financiamento</i>	28
II.3 As Contradições da PAC com uma UE Exportadora Líquida de Alimentos	30
II.4 As Reformas MacSharry	32
CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS INDICADORES DO EXCEDENTE DO PRODUTOR NA UE15	35
III.1 A Análise do Mercado de Alimentos	35
III.2 Distribuição da Renda ao Produtor	40
III.3 Lucratividade e Êxodo Rural	45
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXO I: METODOLOGIA AGREGAÇÃO DE PREÇOS	52
ANEXO II: TABELAS DE DADOS	54

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1: Introdução de Tarifas de Importação	15
Figura 2: Excedente do Consumidor e do Produtor.....	18
Figura 3: Situação de livre-comércio com	19
Figura 4: Situação de introdução de Preço Mínimo	20
Figura 5: UE Exportadora Líquida de Alimentos.....	31
Figura 6: Pagamentos Diretos aos Produtores.....	33
Figura 7 – Distribuição dos ganhos agricultura familiar e grande latifúndio.....	44
Gráfico 1: Evolução dos Gastos da União Européia – 1958 a 2006.....	27
Gráfico 2: Percentual das Fontes de Receita no Orçamento Comum – 1971 a 2001	29
Gráfico 3 Evolução dos Gastos da PAC – 1980 a 2002.....	34
Gráfico 4 - Produção, Consumo e Preços – 1991 a 2003.....	37
Gráfico 5 – Exportações, Importações e Preços – 1991 a 2003	37
Gráfico 6 – Participação das Exportações e Consumo	39
Gráfico 7 – Importações sobre o Consumo – 1991 a 2003	39
Gráfico 8 – PAC como esquema dooH niboR - 2003.....	42
Gráfico 9 – PAC como esquema dooH niboR - 2003.....	43
Gráfico 10 – Variação Percentual do Valor agregado bruto da indústria agrícola a	46
Gráfico 11 – Variação Percentual da Força de trabalho na agricultura	46
Tabela 1 – PAC como dooH niboR - 2003	41
Tabela 2 - Produção, Consumo, Exportações, Importações, Variação de Estoques e Preços da Cesta "Alimento" na UE15 - 1991 a 2003.....	54
Tabela 3 - Êxodo Rural, Valor Agregado Bruto.....	54

INTRODUÇÃO

A Política Agrícola Comum Européia – PAC –, em função de seus impactos sobre os preços internacionais e pelo excesso de proteção que implica, gerou e continua a gerar questionamentos por parte de diversos países com interesses agroexportadores. No entanto, observa-se forte resistência por parte da União Européia – UE – em assumir compromissos que impliquem maior liberalização do comércio agrícola. Cabe lembrar que um dos temas que retardou sobremaneira a conclusão da Rodada Uruguaí (1986 -1994) foi justamente a negociação relativa à agricultura, fato que ora se repete na Rodada de Doha, iniciada em 2001, justamente por conta da posição da UE. No entanto, não é apenas no âmbito externo que se observam questionamentos. Essa política tem sido também freqüentemente questionada por diversos países membros da própria União Européia, em função de seu elevado custo e impactos sobre distribuição de renda.

A Política Comercial voltada para o setor agrícola da UE é apontada como responsável pela criação dos chamados desvios de comércio. Ao utilizar-se de política comercial discriminatória, apoiada basicamente no estabelecimento de preços mínimos para os gêneros agrícolas produzidos em seu mercado interno, a UE induz o aumento da produção desses bens tornando menos competitivos, inclusive no mercado internacional, os mesmos bens produzidos em outros países, prejudicando, principalmente, as economias agroexportadoras.

Entretanto, é importante também destacar os impactos negativos que esta política produz em sua própria área de atuação e, principalmente, destacar como esta é insuficiente e deveras ineficiente para o trato dos problemas a que se propõe a resolver.

A PAC foi iniciada nos anos de 1960, ainda pela sensação de insegurança causada pelas duas Grandes Guerras e o grande período de pânico, histeria, escassez, fome e doenças. Como forma de resolver os problemas de segurança alimentar pós-segunda guerra, os governos dos seis primeiros países membros, Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, imaginaram um conjunto de políticas que ao estabelecer preços altos para os produtores de gêneros agrícolas, ela tornaria mais atrativa a produção desses gêneros, uma vez que, ao final da guerra, o campo estava devastado e faltavam investimentos para que voltasse a prosperar.

Ao aumentar a margem dos produtores, garantindo preços mais altos dos que os preços do mercado internacional, far-se-ia uma proteção aos produtores internos que induziria ao aumento da produção de alimentos e tão logo da diminuição da dependência externa com generosas custas dos consumidores. A princípio era um custo social aceitável visto que seria benéfico para a comunidade europeia que seus campos voltassem a prosperar, e ainda lidar com mais dois problemas enfrentados naquela época; o primeiro já citado anteriormente tentar apagar a memória da fome que assombrou a Europa nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra e; o segundo, um movimento que acontecia nas principais regiões do mundo: o êxodo rural.

A figura bucólica de um camponês europeu foi e ainda é muito importante na sociedade europeia. Como a real demonstração de que uma vida alternativa em relação à vida nos grandes centros urbanos ainda era possível e de que era necessário proteger aqueles que "se comprometeram em dedicar o seu trabalho ao fornecimento de alimentos", os governos desses seis países decidiram aplicar uma política específica para este grupo de pessoas, conforme Baldwin & Wyplosz (2006).

Contudo, apesar da lucratividade do setor agrícola ter aumentando ao longo das últimas décadas, os índices de abandono do campo pela cidade vêm sendo crescentes corroborando para a tese de que a PAC e seus mecanismos são ineficientes para atingir seu maior objetivo, pois incorre em um grave problema, presente na maior parte das políticas públicas do gênero, o problema de focalização.

Isto é evidenciado em Baldwin & Wyplosz (2006):

Despite high prices and massive subsidies, the EU farming population continues to decline because CAP support is distributed in an extraordinarily unequal way. The largest farms, which are typically owned by rich citizens or corporations, receive most of the money, while the small farms get little. In short CAP payments to most EU farms are too small to prevent many farmers from quitting. Yet despite the small size of most payments, the total cost of CAP is huge since payments to big farms are big. (p. 225)

A PAC é, na verdade, uma matriz complexa de políticas públicas apoiadas fortemente em dois instrumentos de políticas comerciais principais: i) a concessão de subsídios para os produtores dos gêneros agrícolas, e ii) a sustentação de preços mínimos para a produção de gêneros alimentícios, este último implicando na utilização de barreira alfandegária composta

por tarifas de importações capazes de elevar o preço do produto importado ao patamar do preço mínimo e assim tornar a produção doméstica atraente ao consumidor europeu e, em uma etapa posterior, uma política de compra e venda de excedentes.

A União Européia se utiliza de seu orçamento comunitário para financiar suas políticas, com fontes e recursos diversos dos quais os mais importantes são os recursos IVA – Imposto sobre Valor Adicionado – que consiste na conversão de 1% do total desse imposto aplicado por cada país membro diretamente a UE e os recursos PNB. A PAC, sozinha, em níveis médios desde sua aplicação, consome aproximadamente a metade da montante dos recursos do orçamento comum. Apesar de na última década sua participação ter caído substancialmente, isso se deve, na verdade, ao aumento dos recursos totais, uma vez que, em termos absolutos o montante despendido mantém trajetória crescente.

Além desses recursos, no escopo inicial da PAC, estavam também previstos recursos relacionados à cobrança das tarifas de importação de gêneros alimentícios, uma vez que, em uma união aduaneira completa, a incidência das tarifas de importações ocorre apenas na entrada do bem na Zona Aduaneira, não havendo a reincidência se o bem entrar em outro país membro, e no caso específico da UE, a receita tarifária deste instrumento deveria ser redirecionada a UE como forma de financiar a própria PAC, sendo esta uma vantagem desse tipo de política em casos especiais.

Entretanto, a chamada "Revolução Verde" possibilitou a expansão da fronteira de produção de gêneros agrícolas da União Européia o que trouxe como efeito direto a expansão da curva de oferta de alimentos da UE de uma posição inicial de “importador líquido” de alimentos para uma posição de “exportador líquido de alimentos”, posição apoiada entre outros, pela já descrita política de sustentação dos preços altos de tais gêneros.

Essa política, ao garantir elevados rendimentos aos agricultores, provoca também um efeito reserva de mercado para os produtores locais (ao taxar os produtos estrangeiros) e também um efeito de incentivo e estímulo ao aumento da produção, uma vez que os produtores vêem na PAC a perspectiva de sustentação de preços altos também no longo prazo.

A verdade é que todos os países do mundo tratam de forma diferente seu setor agrícola e faz sentido, em uma situação de extrema dependência de um bem de natureza estratégica

para qualquer nação, o alimento, os governos atuarem de forma a estimular a produção desses bens e assim diminuir sua dependência externa.

Além disso, a intervenção estatal ao garantir preços acima do preço internacional dos alimentos acaba por reduzir significativamente o bem-estar do consumidor europeu, em detrimento dos produtores. O problema reside em que o produtor que está sendo beneficiado não é o pequeno produtor rural, mas sim grandes corporações o que, em outras palavras, significa que, uma parcela da sociedade, mais frágil, está bancando o aumento da riqueza de uma minoria, que já pertence as mais altas classes de renda da Europa.

A Política Agrícola Comum da União Européia é uma das principais políticas públicas realizadas pelo governo europeu e foi responsável por diversas mudanças na estrutura produtiva do Setor Agrário na Europa, desde a sua introdução na década de 60. Essas mudanças estruturais atingem dimensão grande o suficiente nos mercados interno europeu e no mercado mundial para que se torne no mínimo importante um estudo mais aprofundado sobre o tema e a mensuração econômica de seus impactos.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as distorções na produção dos gêneros agrícolas causados por tal política, assim como mostrar a composição do bem-estar do produtor europeu com a utilização desta, ou seja, a composição do chamado Excedente do Produtor. A hipótese aqui estudada é a de que a Política Agrícola Comum da União Européia, além de onerar os contribuintes, é insuficiente para garantir uma melhor distribuição de renda aos produtores de gêneros agrícolas.

Para tanto, serão examinados no primeiro capítulo o arcabouço teórico relativo à Teoria do Excedente do Consumidor e Produtor e os instrumentos de política comercial necessários para procedimento do estudo. No segundo é feita uma análise histórica da PAC e de seus principais marcos institucionais. Já o terceiro capítulo analisará de forma empírica os impactos da PAC na produção e na distribuição de renda entre os produtores.

CAPÍTULO I: BEM-ESTAR E POLÍTICA COMERCIAL

I.1 Instrumentos de Política Comercial

As Políticas Comerciais de um país são realizadas através de intervenções governamentais. Essas intervenções no comércio são, geralmente, implementadas para atender determinados grupos de interesse dentro do país, promover indústrias consideradas cruciais para a economia e ou para resolver/minimizar problemas de balanço de pagamentos. No presente estudo, é pertinente estudar apenas o primeiro e o segundo motivos explicitados.

Os instrumentos de Política Comercial criam uma diferença entre os preços pelos quais os bens são comercializados no mercado mundial e dentro do país.

Dentre os instrumentos de Política Comercial, destacam-se o imposto de importação e os subsídios à exportação, os quais criam uma diferença entre os preços pelos quais os bens são comercializados no mercado mundial e dentro do país. O efeito direto das tarifas é tornar os bens importados mais caros internamente do que no mercado mundial, efeito este que também é observado no caso dos subsídios à exportação, conforme Krugman & Obstfeld (2005). Em ambos os casos, observa-se um estímulo à produção interna do bem objeto do instrumento. O estímulo à produção também pode ser observado como decorrência da aplicação dessas medidas. Neste sentido, há que se destacar que o estímulo à produção também pode vir a ser dado por meio de subsídios à produção, por exemplo, por meio de redução de custos, ou para incentivos diretos dados pelo governo.

A análise dos efeitos dos instrumentos de política comercial pode ser feita por meio de uma análise de equilíbrio parcial, ou seja, admitir que, como hipótese simplificadora para efeito de estudo, as alterações ocorridas no mercado específico não terá repercussões e interações com os outros mercados. Esta hipótese é bem comum na análise econômica de políticas comerciais e pode ser utilizada sem pormenores.

1.1.1 - Tarifas de Importação

A tarifa sobre importações é o instrumento de política comercial mais simples e mais antigo que o mundo conhece. Foi utilizada como forma de promover a Industrialização

durante o século XX no Brasil e em outros países da América Latina, como forma de proteger a Indústria que nascia nestes da concorrência internacional. É utilizada pelos Estados Unidos da América e também na União Européia, nos seus setores alimentícios, com o argumento geral de que desta maneira garantia uma melhor distribuição de renda para os pequenos produtores o que geraria uma série de externalidades positivas do ponto de vista econômico e benefícios do ponto de vista social.

As tarifas sobre importação consistem basicamente na cobrança de impostos sobre os bens importados especificados. Estas se dividem basicamente em dois tipos, o primeiro chamado de tarifas específicas no qual é cobrado um valor fixo para cada unidade importada do bem, e o segundo chamado de tarifas *ad valorem* nas quais são cobradas como uma fração do valor dos bens importados, conforme Krugman & Obstfeld (2005).

As tarifas têm dois objetivos, o primeiro é aumentar o custo do envio de um bem para o país aplicador deste instrumento, e o segundo, não muito comum nas últimas décadas, mas que foi muito utilizado antes da criação do imposto de renda pelas nações, é o aumento das receitas. O Estudo se deterá a tratar apenas do primeiro objetivo.

Utilizando-se de tais tarifas o país aplicador protege o seu mercado interno, mais especificamente os seus produtores. Esse tipo de política é utilizado de forma generalizada pelos países, ainda que se observem variações significativas nos níveis de proteção aplicadas entre os países e, em um mesmo país, entre os diversos produtos. Em geral, os níveis de proteção mais elevados são aplicados como forma de estímulo à produção interna de produtos específicos, normalmente considerados estratégicos.

As tarifas geram diversos efeitos dependendo das curvas de oferta e demanda de um bem de cada país e os níveis de preços que este bem é comercializado no mercado internacional. Para análise dos seus efeitos, utilizaremos a perspectiva de equilíbrio parcial já mencionada anteriormente.

Para proceder às análises, serão utilizados a seguir diversos diagramas e gráficos explicativos e serão assumidos pressupostos teóricos como forma de simplificar e facilitar o estudo, mas com a certeza de que são pressupostos coerentes com a teoria econômica, principalmente a teoria microeconômica por trás das políticas de comércio exterior.

Considerando uma economia na qual existem apenas dois países, o primeiro representando o mercado doméstico chamado Local, e outro representando o mercado externo chamado Estrangeiro serão exemplificadas situações as quais o preço de equilíbrio do mercado interno de um bem não coincide com o mercado internacional.

Assume-se, como primeira simplificação, que todas as firmas do mercado são perfeitamente competitivas, ou seja, essas firmas são tomadoras dos preços que observam no próprio mercado e estas por si só não têm o poder para alterar os preços dos mercados. A segunda simplificação é a de que não existem ganhos de escala, ou seja, não existem benefícios advindos do aumento da produção em uma unidade a mais. Isso significa que o custo médio em produzir não diminui com a escala de produção, assim como implica uma curva de custo marginal não-decrescente. (Baldwin & Wyplosz, 2006)

A partir de agora será usada a nomenclatura Local e Estrangeiro, sempre para designar as duas economias em questão para o próprio desenvolvimento do trabalho. Para exemplificar e criar a relação entre a teoria que aqui vai ser descrita com o próprio objeto de estudos desse trabalho, pode-se pensar, sem receios, como país Local a União Européia e o Estrangeiro como o resto do mundo.

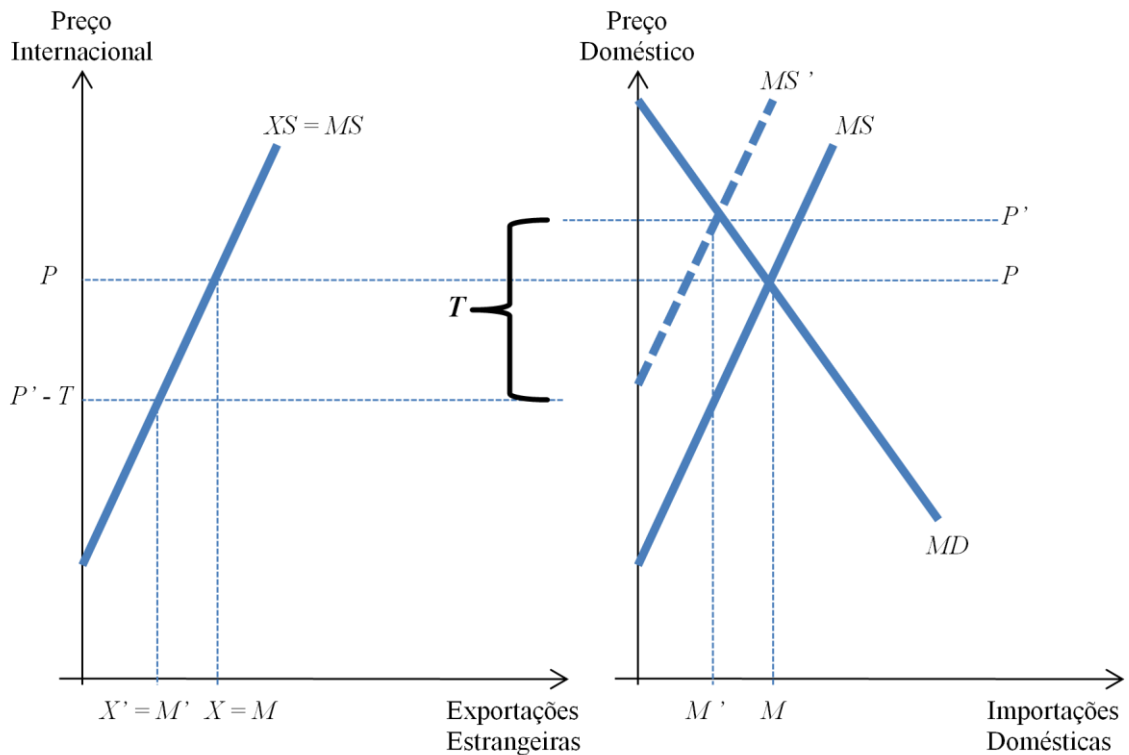
Pelos diagramas das curvas de demanda de importações e oferta de importações, poder-se-á perceber as mudanças que a introdução de uma tarifa produz nos preços e quantidades comercializadas.

O diagrama à esquerda da Figura 1 mostra a curva de Oferta de Exportações do país Estrangeiro que será chamada de *XS* e o diagrama a direita mostra uma situação pré-aplicação da tarifa de importações, mostrando as curvas de Demanda por Importações e a de Oferta de Importações chamadas respectivamente de *MD* e *MS* pelo país Local. Os eixos verticais dos diagramas diferem entre si; no diagrama da esquerda este eixo corresponde ao preço internacional ou “Preço de Fronteira” e no da direita ao preço doméstico.

A diferença básica entre estes dois preços é que o preço doméstico é o preço pelo qual os consumidores compram o bem no mercado Local e o preço internacional é o preço o qual os produtores estrangeiros recebem ao vender suas mercadorias no mercado Local. Esses preços vão diferir um do outro se forem aplicadas tarifas de importação pelo país Local.

Na situação pré-aplicação de tarifas, tanto o preço internacional como preço doméstico são iguais, é o preço resultante da interseção de MD e MS numa situação de livre comércio que será chamado apenas de P e a esse preço é importada a quantidade de livre comércio chamada apenas M .

Figura 1: Introdução de Tarifas de Importação



Fonte: Baldwin & Wyplosz (2006).

A imposição de uma tarifa no valor T euros por unidade importada tem efeito nulo sobre MD uma vez que, por definição, esta curva relaciona o quanto o país Local gostaria de importar do bem a qualquer nível dado de preços. Entretanto, com a imposição desta tarifa, a curva MS se desloca para a esquerda e para cima, chegando a uma posição MS' , provocando o aumento do preço P para P' e em sentido contrário a redução das importações de M para M' .

Percebe-se agora que a curva inicial MS não é mais determinante na análise de preços e quantidades de equilíbrio, sendo agora a curva MS' a responsável pela determinação do preço e quantidade de equilíbrio mostrado na interseção desta com MD .

Conforme Baldwin & Wyplosz (2006), pode-se inferir seis conclusões relevantes para este estudo a partir da implementação de uma tarifa de importação: (i) os preços para o consumidor e para o produtor do país Local sobem para P' ; (ii) preço internacional cai para $P' - T$ o que significa que os produtores do país Estrangeiro ao vender para o Local vão receber apenas $P' - T$ por unidade; (iii) o volume de importações do Local caem para M' ; (iv) a produção doméstica do bem sobe pois as firmas deste país recebem um preço mais alto do que recebiam na situação de livre comércio (pode ser entendido também como um efeito reserva de mercado); (v) o consumo doméstico cai como resultado direto ao aumento do preço doméstico e; (vi) como os preços do mercado mundial caem para $P' - T$, a produção no mercado externo cai.

1.1.2 - Subsídios à Exportação

O outro instrumento utilizado pela União Europeia na formulação de sua Política Agrícola Comum são os Subsídios à Exportação. Estes nada mais são do que pagamentos às firmas e indivíduos produtores que enviam um bem para o exterior.

Da mesma forma que as tarifas, o subsídio às exportações podem ser específicos ou *ad valorem*. Na presença deste instrumento, os exportadores vão exportar o bem até o ponto no qual o preço no país Local excede o preço no país Estrangeiro no montante exato do valor do subsídio fornecido.

Não é necessária a análise minuciosa como na seção anterior sobre os efeitos dos subsídios, uma vez que os seus efeitos são exatamente os mesmos da tarifa, ou seja o preço doméstico fica acima do preço do mercado internacional. Adiciona-se uma diferença crucial em relação às tarifas, qual seja, o Governo, necessariamente, incorre em gastos para financiar a sua política de subsídios.

Sabe-se que qualquer gasto do governo deve ser financiado através de suas receitas e, na maior parte dos governos do mundo, as principais são advindas das contribuições das populações de suas respectivas nações. Cabe a cada governo ponderar o custo de se onerar a sua população com uma política específica, com o benefício que essa política gera para essa mesma população.

Mais a frente, será visto como na situação da União Européia uma política desse gênero tem custos para a sociedade maiores do que os seus benefícios.

I.2 Análise de Bem-estar: Excedente do Consumidor e do Produtor

Segundo Varian (2000), as curvas de Oferta e Demanda de um bem podem ser utilizadas para demonstrar os efeitos de uma mudança nos preços tanto para os consumidores quanto para os produtores, uma vez que a primeira curva é baseada nos custos de produção das firmas em concorrência perfeita e a segunda no grau de satisfação dos consumidores em consumir o bem.

Os consumidores compram até o ponto em que a utilidade marginal da última unidade do bem comprado seja igual ao seu preço. Para todos os outros pontos anteriores, sua utilidade marginal em adquirir mais uma unidade de um bem excede o preço do bem e é exatamente isso o “Excedente do Consumidor”, o quanto ele ganha de bem-estar por consumir aquela quantidade de bens.

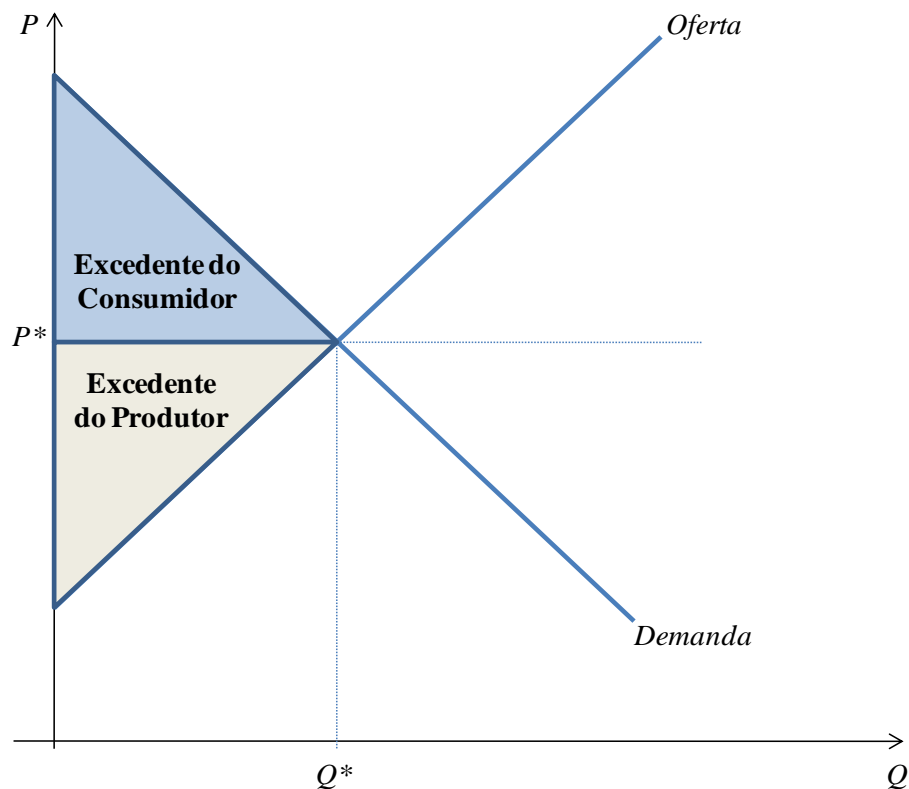
De forma análoga, o “Excedente do Produtor” é o ponto em que o custo marginal de produção da última unidade se iguala ao preço. Usando a Teoria Microeconômica chega-se que o Excedente do Produtor é igual às receitas menos os custos variáveis, ou seja, o somatório dos lucros com os custos fixos¹.

Graficamente, ao construir uma curva de demanda negativamente inclinada e uma curva de oferta positivamente inclinada e interceptá-las se terá, o preço P^* e quantidade Q^* de equilíbrio numa situação de livre comércio.

O triângulo superior na Figura 2 corresponde à área do quanto o consumidor ganha ao consumir a quantidade Q^* de alimentos ao preço P^* , ou seja, ao Excedente do Consumidor, e o triângulo inferior é o quanto o produtor ganha ao vender a mesma quantidade Q^* ao preço P^* , logo, o Excedente do Produtor. A soma dessas duas áreas é o benefício gerado para toda a sociedade do país Local, ou seja, é a medida de bem-estar econômico conhecida como Excedente Total.

¹ Varian (2000)

Figura 2: Excedente do Consumidor e do Produtor



Fonte: Krugman & Obstfeld (2005).

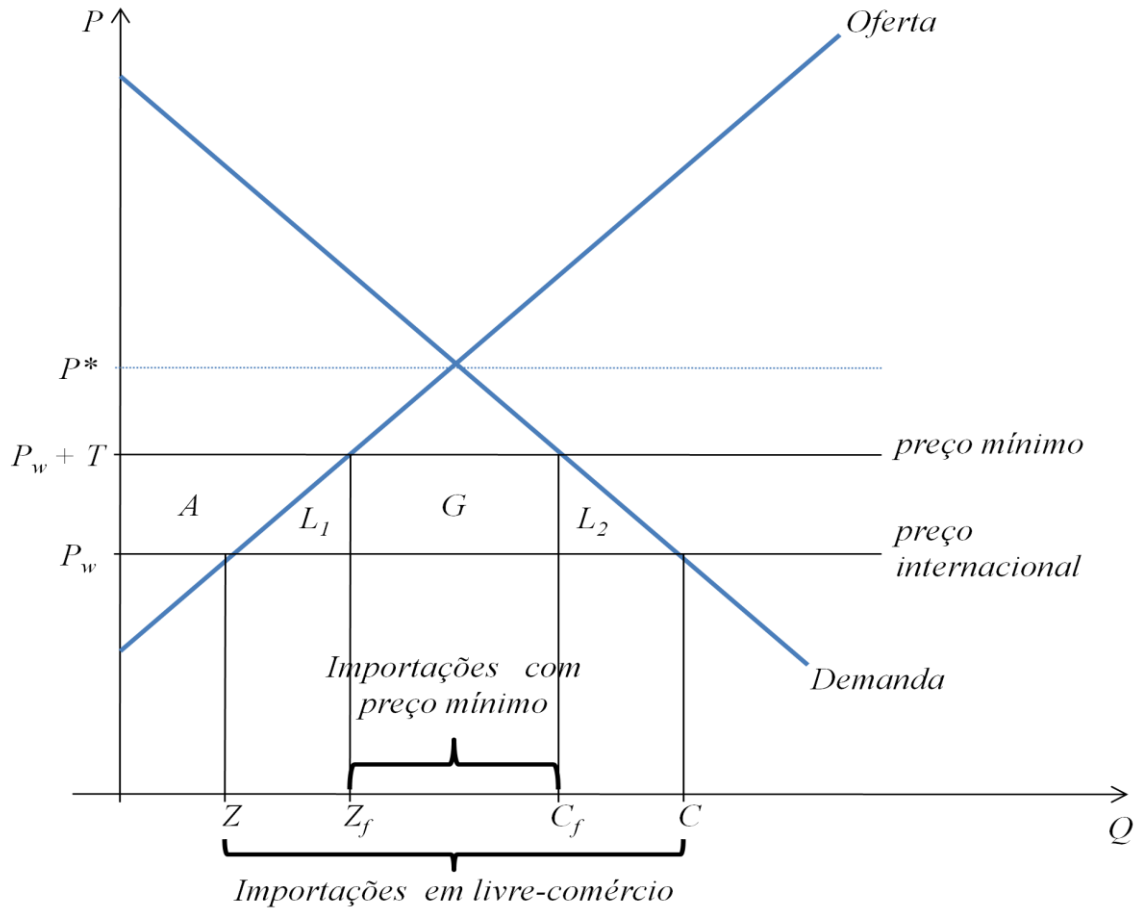
A UE utiliza as tarifas alfandegárias para a manutenção de um chamado “preço mínimo”, que nada mais é do que o preço entendido pela UE como o mínimo necessário para a produção do alimento dentro de seu território, garantida a cobertura de todos os custos do produtor assim como a sua rentabilidade

Para efeito explicativo do objeto de estudo, a análise de uma situação a qual os preços de equilíbrio do mercado doméstico não sejam os mesmos preços praticados no mercado internacional deve ser procedida. A princípio, será considerada a situação inicial de livre comércio e depois será introduzida uma tarifa de importação sobre os bens que eleve os preços destes acima do preço internacional, porém abaixo do preço de equilíbrio do mercado doméstico, ou seja, será estabelecido um preço mínimo.

A situação de livre comércio apresentada na Figura 3 mostra que, aos níveis de preços internacionais, os produtores de Local fornecem menos alimentos do que forneceriam no caso em que a economia fosse fechada, fornecem apenas uma quantidade Z . Entretanto ao preço P_w , os consumidores de local demandam mais alimentos, demandam C e, portanto, a diferença

um preço mínimo e, para defender esse preço, impõe uma tarifa de importação T aos importados. Ter-se-á, então, a situação da Figura 4.

Figura 4: Situação de introdução de Preço Mínimo



Fonte: Baldwin & Wyplosz (2006).

Neste caso, os preços os quais os alimentos serão comercializados ao preço $P_w + T$ e a produção de alimentos em Local aumenta de Z para Z_f , (um efeito estímulo para a produção), ao mesmo tempo em que a demanda por alimentos se contrai para C_f . Como conseqüência, as importações diminuem de M para M' que corresponde a $C_f - Z_f$.

O Excedente do Consumidor, graficamente, tem as suas dimensões reduzidas, logo ele se reduz, enquanto que o Excedente do Produtor aumenta (área A). Introduce-se um novo ganhador do Excedente, o Governo que reverte a receita tarifária para os seus cofres. Este montante é identificado pela área G do gráfico e, nada mais é, do que a multiplicação do total importado $C_f - Z_f$ pela tarifa T .

Ademais, percebe-se ainda que existem duas áreas, L_1 e L_2 que não estão associadas a nenhum receptor. Estas áreas expressam, na realidade, a perda de bem-estar, um ônus ao se intervir no mercado. O Excedente Total se reduz em relação à situação de livre-comércio, entretanto, foram geradas receitas para o governo assim como foi estimulada a produção de alimentos e a redução da dependência das importações.

Dada a volatilidade dos preços internacionais dos alimentos, a UE é obrigada a adaptar o “tamanho” das suas tarifas aos níveis de preços, ou seja, se os preços dos alimentos sobem no mercado internacional, esta diminui o tamanho das suas tarifas e aumenta as tarifas caso contrário.

Da Teoria Microeconômica, o Excedente do Produtor é a soma do Lucro dos Produtores com o Custo Total Fixo e, como o próprio nome diz, se o Excedente do Produtor sobe com o Custo Total Fixo constante, isso significa que o Lucro dos Produtores está aumentando.

Entretanto, é necessário analisar como se dá a distribuição desse aumento da renda entre os diferentes grupos de produtores rurais.

CAPÍTULO II: PRINCIPAIS MECANISMOS E FINANCIAMENTO DA PAC

II.1 Principais Mecanismos

Dadas as condições históricas já apresentadas neste trabalho, a introdução da PAC tinha como objetivo assegurar a viabilidade do setor agrícola da UE, uma vez que ao final da guerra, o campo estava devastado e faltavam investimentos para que voltasse a prosperar.

Neste contexto, o Tratado de Roma que entrou em vigor em 1958 e montou as bases para a criação da Comunidade Européia, evidenciou que era necessária uma política agrícola conjunta para resolver o problema da insuficiência e, também idealizou a PAC como uma das medidas necessárias para a criação do mercado comum e a integração dos países membros.

Na negociação sobre a política agrícola, dois blocos eram facilmente perceptíveis: de um lado, França e Itália, que defendiam maiores estímulos ao setor agrícola; e, de outro, Alemanha e Holanda, mais voltados para a defesa dos interesses do setor industrial. No Tratado de Roma, os seis países definiram os objetivos da PAC e os instrumentos de implementação da mesma. De acordo com Deponti (2000), estes objetivos podem ser divididos em um objetivo primordial, objetivos principais e objetivos derivados.

O objetivo primordial da PAC é a criação de um mercado comum agrícola com livre circulação dos gêneros entre os países membros.

Os objetivos principais estão versados no Tratado de Roma, no artigo 39. Este diz basicamente que a PAC tem como objetivos: a) aumentar a produtividade da agricultura, desenvolvendo o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola assim como uma utilização ótima dos fatores de produção, nomeadamente da mão-de-obra; b) assegurar, assim, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; c) estabilizar os mercados; d) garantir a segurança dos abastecimentos; assegurar preços razoáveis aos consumidores.

Os objetivos derivados são o desenvolvimento acelerado das regiões dos países-membros mais atrasadas, a defesa do consumidor e a proteção do meio-ambiente. Para tal, a UE apoiou a PAC em dois instrumentos, as Organizações Comuns de Mercado (OCM) e a Política Sócio-estrutural.

II.1.1 Organizações Comuns de Mercado

As OCM são um conjunto de normas adotadas pela Comunidade e aplicadas por órgãos comunitários e dos estados-membros que regem o comércio dos mercados dos gêneros agrícolas, a produção que tem por finalidade perseguir os objetivos mencionados anteriormente.

As OCM se regem por três princípios, i) a unidade de mercado, que pressupõe a criação de um mercado único, com preços comuns e aplicação de regras uniformes nas fronteiras exteriores dos Estados-membros, ii) a preferência comunitária, no qual a prioridade do consumo é dos gêneros agrícolas dos produtores dos países-membros, que obviamente, exigem intervenções diretas para manter o nível dos preços externos maiores dos que os externos através de subsídios e tarifas, explicitados no primeiro capítulo deste trabalho, e iii) a solidariedade financeira, uma vez que a política é comum, os custos devem ser suportados também em conjunto, através do orçamento comum europeu que será explicado melhor no decorrer deste trabalho.

Os regulamentos que regem uma OCM delimitam os produtos que serão submetidos a esse mercado único e depois estabelecem e regulam: um sistema de preços, um sistema de intervenção estatal, um mecanismo de ajuda e um regime para o âmbito de trocas com países não-membros. São exatamente os impactos destes mecanismos que o trabalho pretende analisar.

A PAC é, na verdade, uma matriz complexa de políticas públicas apoiadas fortemente em dois instrumentos de políticas comerciais principais: i) a concessão de subsídios para os produtores dos gêneros agrícolas, e ii) a sustentação de preços mínimos para a produção de gêneros alimentícios, este último implicando na utilização de barreira alfandegária composta por tarifas de importações capazes de elevar o preço do produto importado ao patamar do preço mínimo e assim tornar a produção doméstica atraente ao consumidor europeu e em uma

etapa posterior, uma política de compra e venda de excedentes. Estes dois instrumentos estão dentro dos Regulamentos da OCM citados acima e serão descritos a seguir.

Em função do excesso de produção viabilizado pelos dois instrumentos anteriores em conjunto com a “Revolução Verde” a UE criou um instrumento secundário, o subsídio às exportações.

Segundo Deponti (2000), a PAC é basicamente uma política pública de distribuição de renda assentada na sustentação de preços, o *Sistema de Preços*, o qual, obviamente, só é viável quando todos os Estados-membros estão dispostos a aceitar o compromisso. A princípio, existem três tipos de preços básicos identificados na ação da OCM, o preço guia ou diretor, que é o preço desejável pela comunidade e, que para simplificação, será entendido como os preços mínimos já explicados: os preços de intervenção, que são os quais os organismos de intervenção devem comprar a produção se esta não encontrar sua devida demanda; e, os preços de entrada, que são os preços que as mercadorias importadas devem ter para que não concorram vantajosamente com os produtos produzidos internamente, ou seja, é a soma do “*border price*” com a tarifa de importação.

O mecanismo de compra e venda da produção excedente é o *Sistema de Intervenção*. A idéia é que um organismo público compre o excedente quando a produção é demasiada e venda o mesmo quando a produção é insuficiente, tentando assim manter a estabilidade das quantidades de mercado assim como os seus respectivos preços.

O *Sistema de Ajudas* é baseado num mecanismo inglês chamado “deficiency payment”, que garante a renda dos agricultores e preços de entrada mais baixos do que o de determinados produtos que a comunidade ache que devem ser fornecidos a tais preços. O mecanismo garante que os agricultores prejudicados por esse tipo de ajuda recebam transferências de recursos diretas proporcionais as quantidades produzidas por estes.

O *Regime de trocas com países não-membros* são medidas de intervenção reguladora, sendo geralmente os preços internos maiores do que os do mercado externo e, considerando uma situação de escassez mundial de alimentos, ocorre o imposto variável – “*prélèvement*” – ou seja, se o preço comunitário é 5 e o “*border price*” é 2, incluindo os custos de transporte, seguros e etc, os consumidores europeus deverão pagar 3 para que seus produtos sejam

comercializados no mercado europeu. Quando ocorre uma situação em que o preço comunitário, de 5, seja inferior que o “border price”, de 8, logo os produtores europeus vão querer exportar a sua produção, então a Comunidade cobrará um imposto à exportação de 3.

Ademais, ocorrerá restituição à exportação quando o preço doméstico for superior ao “border price” e ainda sim, a Comunidade desejar exportar esses produtos, esta deverá dar aos exportadores um subsídio igual a mais ou menos a diferença entre os preços citados. Isso foi usado muito freqüentemente pela União Européia nos anos de 1990.

II.1.2 Política Sócio-estrutural

Para realizar os objetivos sociais da PAC, a política em questão é muito importante como parte da matriz de políticas desta, uma vez que, apenas uma política de mercado não seria suficiente, mas também uma política de desenvolvimento econômico, social que possa melhorar a produtividade da agricultura, trazendo consigo o desenvolvimento racional da produção e a diminuição das diferenças estruturais entre países e principalmente entre a cidade e o campo na Comunidade.

As medidas contidas nessa política não serão profundamente analisadas por este trabalho. Basicamente, essas políticas são voltadas a) para o produtor, promovendo a formação profissional e benefícios como aposentadoria antecipada, b) a produção, estimulando as chamadas produções de futuro econômico, c) comercialização e transformação de produtos, envolvendo políticas de desenvolvimento regional e cooperativas de fomento e d) medidas regionais, que envolve, principalmente, problemas ambientais.

Portanto, a matriz de políticas da PAC é constituída, crucialmente, por duas macropolíticas, a primeira, de cunho econômico, voltada para as políticas comerciais com o objetivo de estabilizar preços e quantidades prioritariamente, e a segunda, voltada para as características mais estruturais do setor agrícola voltada principalmente para os seus trabalhadores. A seguir, será exposto a fonte de financiamento de tais políticas.

II.2 O Orçamento Comum Europeu e a PAC

Nesta seção, serão discutidas as fontes de financiamento do Orçamento Comunitário Europeu e a montante dos recursos destinados a PAC, assim como a dinâmica da sua ineficiência.

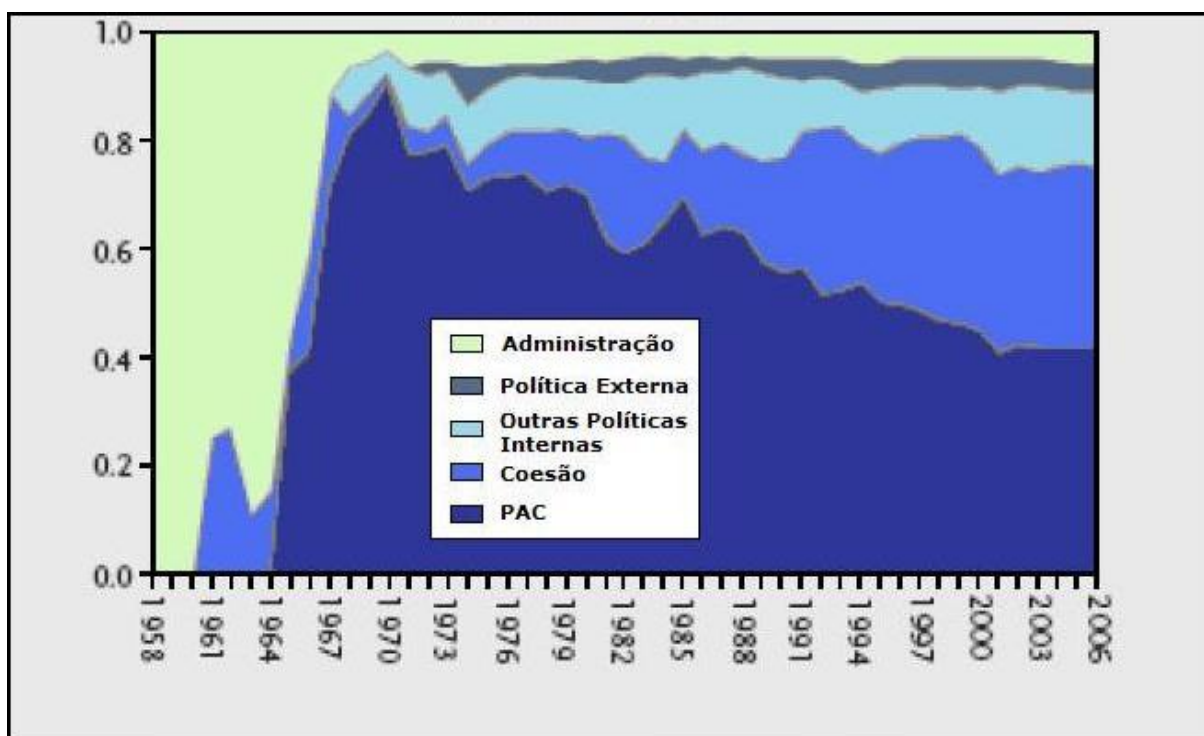
Como qualquer política pública, a PAC também necessita de uma fonte de financiamento, com o detalhe de que por ser uma política comum de um grupo de países, esta é suportada em conjunto. Para tal, conforme apresentado por Deponti (2000), a Comunidade Européia criou o Fundo Europeu de Orientação Agrícola (FEOGA), que representa a maior montante unitária do orçamento comunitário. O FEOGA é o fundo que corresponde aos gastos necessários à aplicação da PAC e é administrado pela Comissão Européia.

O Orçamento da União Européia corresponde a aproximadamente um por cento do Produto Nacional Bruto (PNB) da soma dos PNB's individuais de cada país-membro da UE e tem sua destinação dividida em três áreas/atividades básicas. A primeira e objeto principal da análise são os fundos para o FEOGA destinados a execução da PAC; a segunda se refere aos fundos direcionados aos gastos com Coesão (destinados a infra-estrutura interna e a investimentos de nivelamento estrutural das regiões da EU); e, a terceira se relaciona a outras atividades, tais como política externa, administração, ajuda humanitária e outras políticas internas.

II.2.1 A Evolução dos Gastos

Desde os anos 1960, a política agrícola sempre foi a maior detentora das verbas do orçamento comunitário, chegando a ser quase 90% de todos os gastos da Comunidade Européia no ano de 1970. Sua participação desde o início de sua implementação até 2006 gira em média de 50% do total de todos os recursos, ou seja, 0,5% do PIB da UE. A evolução dos gastos aparece no Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução dos Gastos da União Européia – 1958 a 2006



Fonte: Baldwin & Wyplosz (2006).

Como pode ser visto no Gráfico 1, o total dos gastos com a PAC teve uma tendência declinante durante as últimas décadas, e não é difícil entender o porquê. A União Européia passou por diversos “alargamentos”, ou seja, a entrada de novos membros. Estes novos membros eram em sua maioria mais pobres do que os seis países originais e, portanto, reivindicavam mais recursos para as áreas de coesão interna, como forma, obviamente de obter mais investimentos.

O orçamento europeu é votado pelos membros da UE onde cada país tem um número de votos ponderado pelos seus tamanhos, PNB e população por isso, abre espaço para a formação de coalizões de interesses. No caso do orçamento a coalizão da agricultura formada principalmente por França, Itália, Espanha e Polónia vem perdendo espaço para a chamada “coalizão dos pobres” formada pelos recém-entrantes do leste mais Grécia e Portugal, e é por isso que a proporção do orçamento destinada à agricultura vem decrescendo ao longo dos anos.

II.2.2 Financiamento

Todas estas despesas, naturalmente, têm de ter algum tipo de fonte de financiamento, e esse dinheiro é oriundo de quatro grandes grupos de receitas, Tarifa Externa Comum (*Common Duties*), os impostos agrícolas, os recursos IVA e os recursos PNB, conforme Curado (1996).

O primeiro vem da importação de produtos de países não-membros, pois dentro da união aduaneira completa não existem impostos de troca entre os países-membros. Sendo assim, a maior parte da receita destas tarifas vai diretamente para o orçamento da UE e não para o de um país específico.

As Tarifas Agrícolas são parte do mecanismo de sustentação de preços da PAC e por isso elas flutuam de acordo com as condições de mercado. Estas tarifas, como a primeira, são provenientes das taxas à importação de gêneros agrícolas de países não-membros, entretanto não são consideradas formalmente uma parte da tarifa externa comum.

Mas, como um resultado dos alargamentos e as rodadas de liberalização do GATT essas receitas têm diminuído continuamente e, atualmente, eles são responsáveis pela menor parte da receita.

Ademais, conforme Baldwin & Wyplosz (2006), com a “Revolução Verde”, ocorrida a partir da década de 70, a UE caminhou de uma situação de importador líquido de alimentos para uma posição de exportador líquido, o que significa que a receita tributária, se considerada no todo dos gêneros agrícolas, diminui até zero. Isso será melhor analisado na próxima seção.

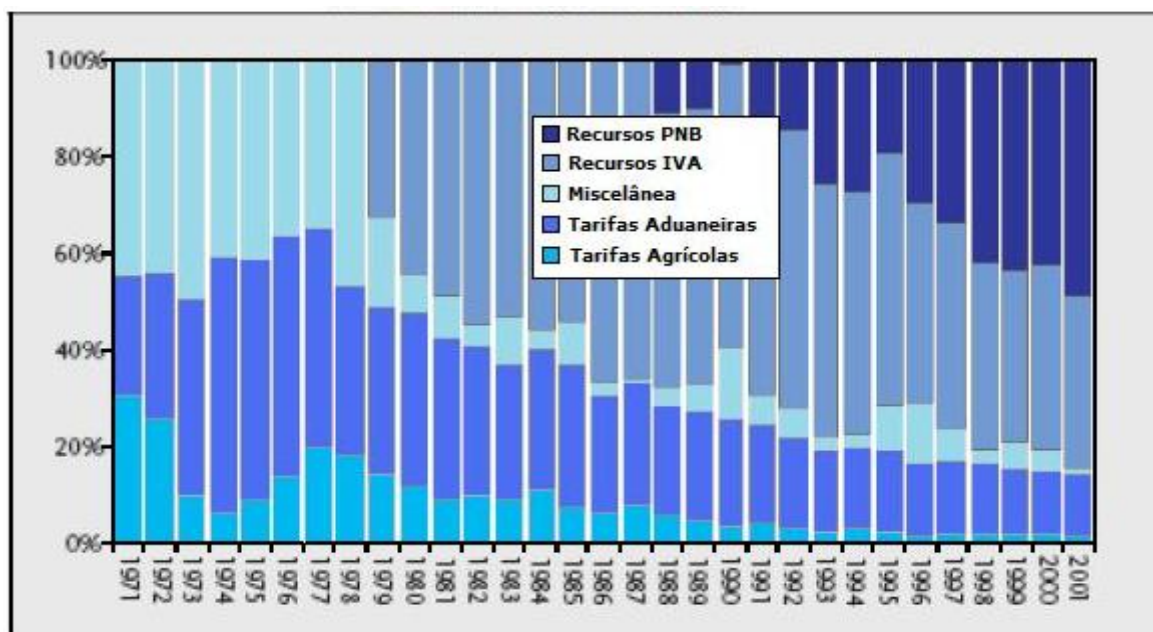
Um por cento do imposto sobre o valor adicionado (IVA) cobrado na venda de mercadorias em cada um dos países-membro da UE vai para o orçamento comum, por isso essa fonte de receitas é chamada de Recursos IVA. Na verdade, é um pouco mais complexo do que isso, mas para a compreensão deste trabalho, a presente explicação é suficiente. Entretanto, este recurso vem perdendo a sua importância, ao longo dos anos.

A última fonte de receita é baseada em um imposto incidente sobre o PNB dos países-membro da UE e é majoritariamente utilizada para eventuais quedas de receitas e para assegurar que a UE nunca vai incorrer num déficit orçamentário.

Na verdade, existe ainda outra origem de recursos (ou outros) que são fontes de receitas denominadas, convenientemente, de 'miscelânea'. Esta é advinda da agregação de muitos outros impostos e outras fontes de receita que, contudo, é insignificante em termos de valor desde 1977.

A partir da análise do Gráfico 2, percebe-se que, aproximadamente, no meio da década de 1980, as receitas advindas das tarifas agrícolas se reduzem a quase 0% do total do orçamento, corroborando a tese de que a UE torna-se, não só auto-suficiente na produção de grande parte dos gêneros agrícolas consumidos, como também de que passou para uma posição de exportador líquido em alimentos. Justifica-se, assim, a redução dessas receitas.

Gráfico 2: Percentual das Fontes de Receita no Orçamento Comum – 1971 a 2001



Fonte: Baldwin & Wyplosz (2006)

Ainda sobre este gráfico, a partir do início da década de 1990, os recursos baseados no PNB dos países-membro vêm ganhando relativa importância e chegam a corresponder a mais de 40% do total do orçamento comum em 2001, ou seja, sendo a PAC responsável por também, aproximadamente, 40% do total dos gastos do orçamento comum. Em uma análise

simplificada de *financing-funding*, ter-se-á que os países membros pagam com 1% do seu PNB para a aplicação de apenas uma política.

Se esse dinheiro corresponder a uma melhor distribuição de renda aos pequenos produtores, significa que a PAC cumpre com seus propósitos a um custo social aceitável. Contudo, será visto nas próximas seções indícios de que existe um problema de focalização nesta política, visto que os principais receptores da renda não são os produtores mencionados.

II.3 As Contradições da PAC com uma UE Exportadora Líquida de Alimentos

Uma das contradições internas da PAC é justamente essa situação de exportador líquido de alimentos.

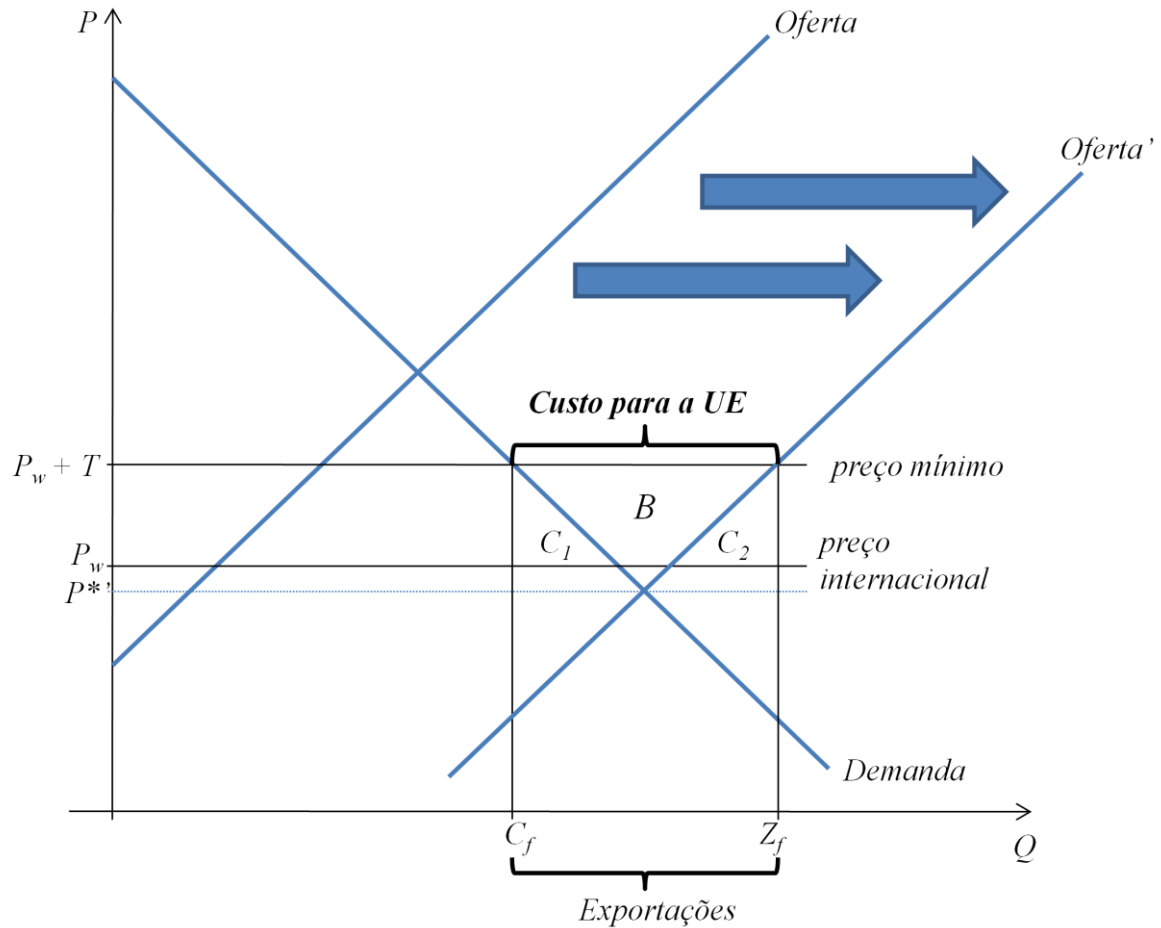
No longo prazo, uma política que garante um preço mais alto a produção tem várias implicações, sendo a principal delas o estímulo ao aumento da produção e como hipótese mais forte, um estímulo ao aumento da produtividade como forma de obter rendas crescentes. Esses estímulos forneceram um ambiente para que fosse possível a criação de melhoramentos agrícolas que, ao aumentar a fronteira de possibilidade de produção, deslocaram tanto a curva de Oferta de alimentos que a UE passou de uma posição de importadora líquida para a de exportadora líquida de alimentos.

Ao introduzir um preço mínimo acima do preço de equilíbrio com a ampliação da oferta de alimentos, a UE desincentiva o consumo de alimentos internamente ao mesmo tempo em que estimula a produção de alimentos no mercado interno. A inundação de produtos no mercado de alimentos seria suficiente para que o mecanismo de mercado ajustasse as quantidades e os preços para baixo, entretanto, isso implicaria uma inconsistência com a política de preços mínimos e por isso, a UE se vê obrigada a intervir no mercado comprando o excedente de alimentos.

A idéia aqui apresentada pode ser vista na Figura 5 que, na verdade é similar a dos gráficos da seção I.2. O diagrama teórico a esquerda mostra os ganhos advindos de tarifas sobre gêneros agrícolas da UE em sua posição inicial de importadora líquida de alimentos e o diagrama teórico a direita mostra a perda dessa receita (e transformação em despesas com

subsídios) com a mudança para exportadora líquida. A área *B* representa o valor da intervenção governamental (perda).

Figura 5: UE Exportadora Líquida de Alimentos



Fonte: Baldwin & Wyplosz (2006).

Na curva *Oferta'*, a UE produz mais alimento do que consome, e tendo em vista sustentar o preço mínimo, ela deve comprar uma quantidade de produtos igual à diferença horizontal entre Z_f e C_f . Se os alimentos forem destruídos ou armazenados até que estraguem, o custo será o preço mínimo vezes o volume comprado e, se for exportado, a UE terá que pagar um subsídio igual à diferença entre o preço e preço mundial P_w . E, concluindo, o custo para o orçamento da UE será $B + C_1 + C_2$, o que significa que o subsídio unitário multiplicado pelo número de unidades exportadas.

Não se pode dizer que o Excedente Total aumentou ou diminuiu em relação à situação anterior (importadora líquida), pois isto depende das inclinações das curvas de demanda e oferta e assim como dos valores absolutos obtidos com todas essas políticas de intervenções.

No entanto, pode-se afirmar que o Excedente do Produtor aumenta significativamente em detrimento do Excedente do Consumidor e os gastos governamentais aumentam com a compra da produção incremental.

O Excedente do Consumidor diminui em relação a qualquer situação estudada anteriormente e, em contrapartida, o Excedente do Produtor aumenta. O que antes era ganho do governo passa a ser dispêndio do governo. A diferença entre o preço internacional P_w e o preço mínimo $P_w + T$ multiplicada pelo montante não consumido internamente – logo exportado – é o custo do subsídio governamental.

Ou seja, em vez de ganhar dinheiro, ao impor tarifas, a UE teve de lidar com o fato de que ela tinha um excedente cada vez maior de gêneros alimentícios, que, invariavelmente, tinha que ser comprado, e que, claro, envolveu grandes somas de dinheiro, oriundas do Orçamento Comum. A PAC prevê, através do Sistema de Intervenção explicitado anteriormente, que a UE tem de comprar o excedente e vendê-lo em uma situação de escassez. No entanto, a política de garantia de altos preços ao produtor estimula uma produção crescente, implicando a impossibilidade de ocorrência da situação de escassez.

Para se desfazer dos estoques de alimentos, a UE os vende a preços subsidiados. No entanto, na maioria das vezes, não é possível vendê-los no mercado interno, vendendo-os então para os mercados estrangeiros.

II.4 As Reformas MacSharry

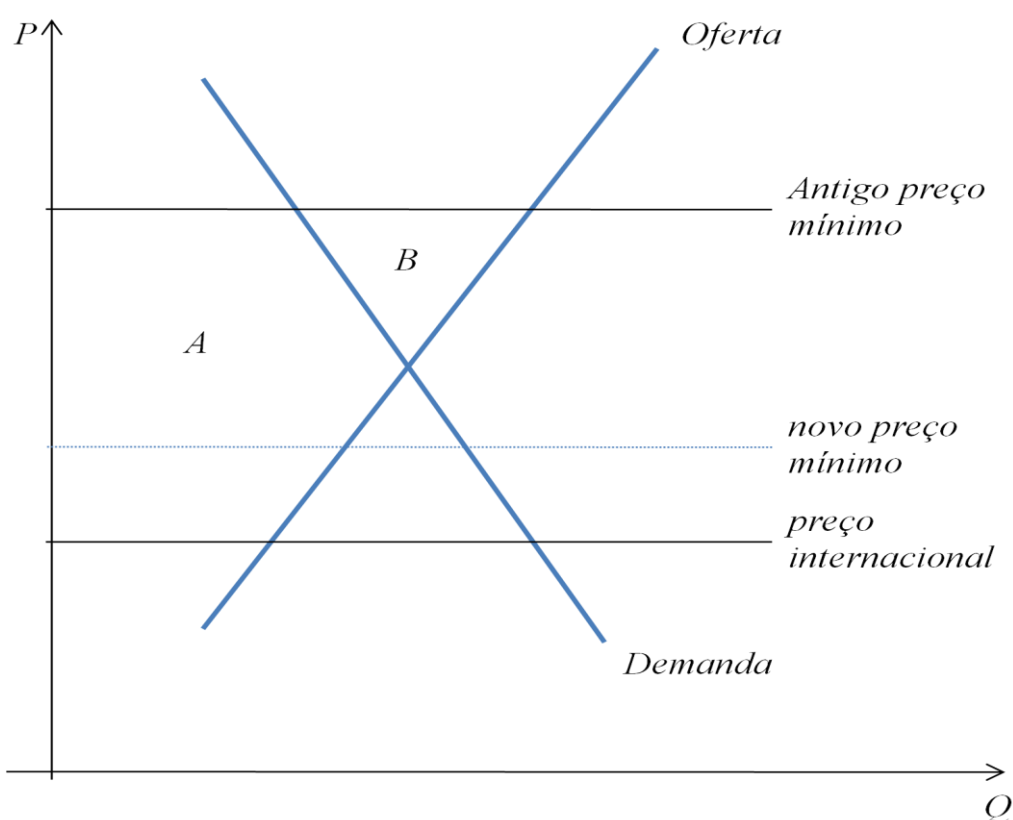
O pacote de reformas da PAC, formulado no ano de 1991, chamado de reformas MacSharry, foi implementado já em 1992 pela UE, principalmente por pressões originárias das economias agroexportadoras participantes da Rodada Uruguai² e também por pressões de grupos internos da UE.

² A Rodada do Uruguai foi iniciada em setembro de 1986 e durou até abril de 1994. Baseada no encontro ministerial de Genebra do GATT (1982), foi lançada em Punta del Este, no Uruguai, seguido por negociações em Montreal, Genebra, Bruxelas, Washington e Tóquio. A rodada transformou o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (conhecido como GATT) na Organização Mundial do Comércio (OMC). Uma das principais metas da Rodada do Uruguai foi a de reduzir os subsídios agrícolas.

O objetivo principal dessas reformas foi a redução dos preços domésticos dos alimentos, de forma a aproximá-los dos preços internacionais, dando, em contrapartida “pagamentos diretos aos produtores agrícolas”, como uma forma de sustentar a renda desses produtores.

O ferramental econômico é simples, ao diminuir os preços, os produtores perdem as áreas *A* e *B* da Figura 6 e para recompensá-los, a UE paga diretamente os valores $A + B$ para os produtores.

Figura 6: Pagamentos Diretos aos Produtores

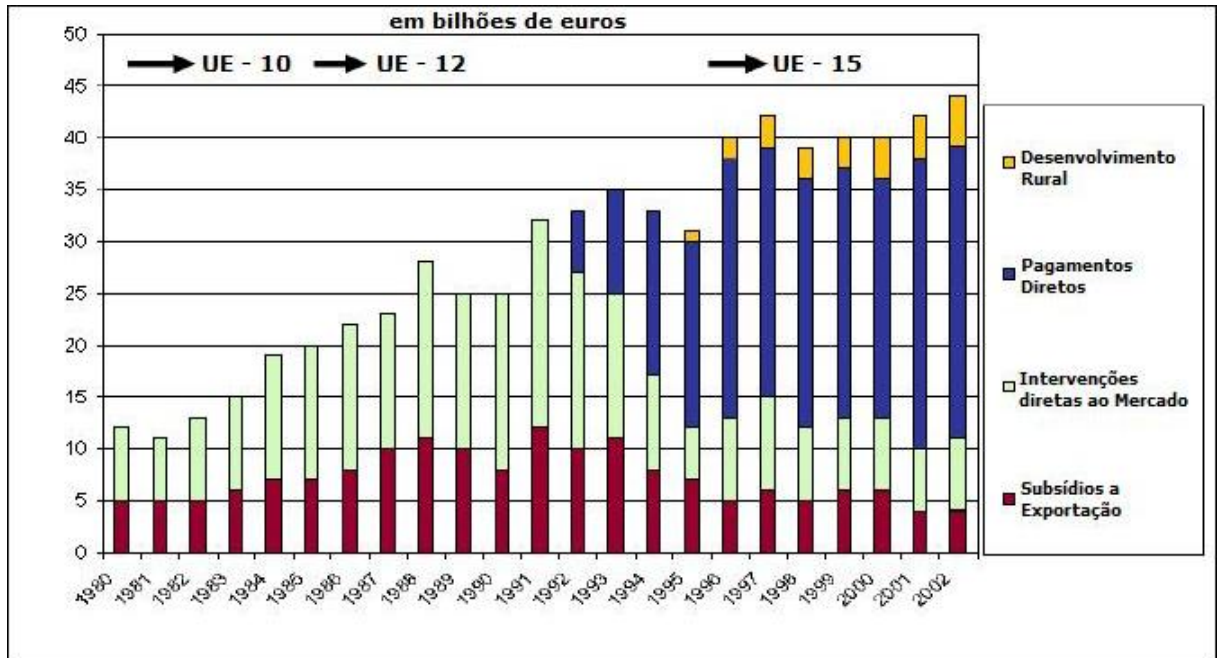


Fonte: Baldwin & Wyplosz (2006).

Obviamente que não houve nenhuma redução de custos no orçamento uma vez que o que foi feito foi uma mudança no tipo de gasto da política. O Gráfico 3 mostra a evolução dos gastos da PAC desde 1980. A partir de 1992 é possível observar o volume de pagamentos diretos efetuados pela política.

Entretanto, como o sistema de pagamentos diretos é baseado na quantidade produzida, continua a se incorrer no problema da distribuição desse excedente entre os pequenos e grande produtores, problema esse que será melhor analisado nas próximas seções.

Gráfico 3 Evolução dos Gastos da PAC – 1980 a 2002



Fonte: Comissão Europeia (1999)

CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS INDICADORES DO EXCEDENTE DO PRODUTOR NA UE-15

Uma vez analisados o ferramental teórico de uma política comercial, os instrumentos práticos na realização da PAC e as suas fontes de recursos, convém analisar, através dos dados, as evidências dos reais efeitos que esta política causa na economia da União Européia, e, principalmente, se a mesma cumpre com seus objetivos básicos, já citados, de expansão da produção e auto-suficiência e de proteção e melhor distribuição de renda para os pequenos produtores agrícolas.

Sendo assim, na primeira seção deste capítulo serão analisados o total da composição da Oferta de alimentos entre produção e importações na União Européia e o destino desses alimentos entre consumo próprio, exportações e formação de estoques; na segunda seção, procura-se quantificar o quanto em dinheiro os pequenos, médios e grandes agricultores recebem de ajuda direta da PAC, enquanto que na terceira seção serão mostrados os índices de lucratividade da atividade agrícola e as taxas de migração no campo, como forma de gerar evidências de que a PAC, em sua forma atual, conseguiu atingir não apenas a auto-suficiência, mas a posição de “exportadora líquida” de alimentos, mas que, isso não fez com que conseguisse cumprir com seus objetivos sociais.

III.1 A Análise do Mercado de Alimentos

Para trazer evidências da posição da UE de “exportadora líquida” de alimentos, será procedida uma análise das variáveis julgadas necessárias para isso: são elas a Produção, o Consumo Doméstico, as Importações, as Exportações, a variação dos Estoques e os preços dos alimentos.

Será adotado o período de 1991 a 2003, por insuficiência de dados mais recentes para algumas variáveis, mas um período muito importante para a história da PAC, pois compreende período das Reformas MacSharry em 1991 de flexibilização da política até antes dos efeitos das Reformas Fischler, de caráter mais liberalizante que a anterior, em 2003.

A União Européia realizou vários “alargamentos” desde 2004, alcançando o número de vinte e sete estados-membros. Como esses alargamentos são posteriores ao período

escolhido para análise, é adequado utilizar a chamada UE-15, composta por Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Suécia e Reino Unido, sendo esses membros as maiores economias europeias no período.

Como seria difícil montar um banco de dados com todos os alimentos comercializados pela UE-15, foi montada uma cesta de alimentos que é fundamentalmente os produtos que são os mais utilizados na alimentação na sociedade europeia, ou são matérias-primas para a fabricação desses produtos. São eles: o açúcar (agregados tanto o açúcar de beterraba, produzido majoritariamente, como o açúcar de cana), cereais, carne bovina, carne de frango, carne suína, milho, ovos, leite (excluindo manteiga e derivados), trigo, e outros vegetais. A cesta será, convenientemente, entendida como uma *proxy* do total de gêneros comercializados na UE-15 e será chamada a partir de agora apenas como “alimento”.

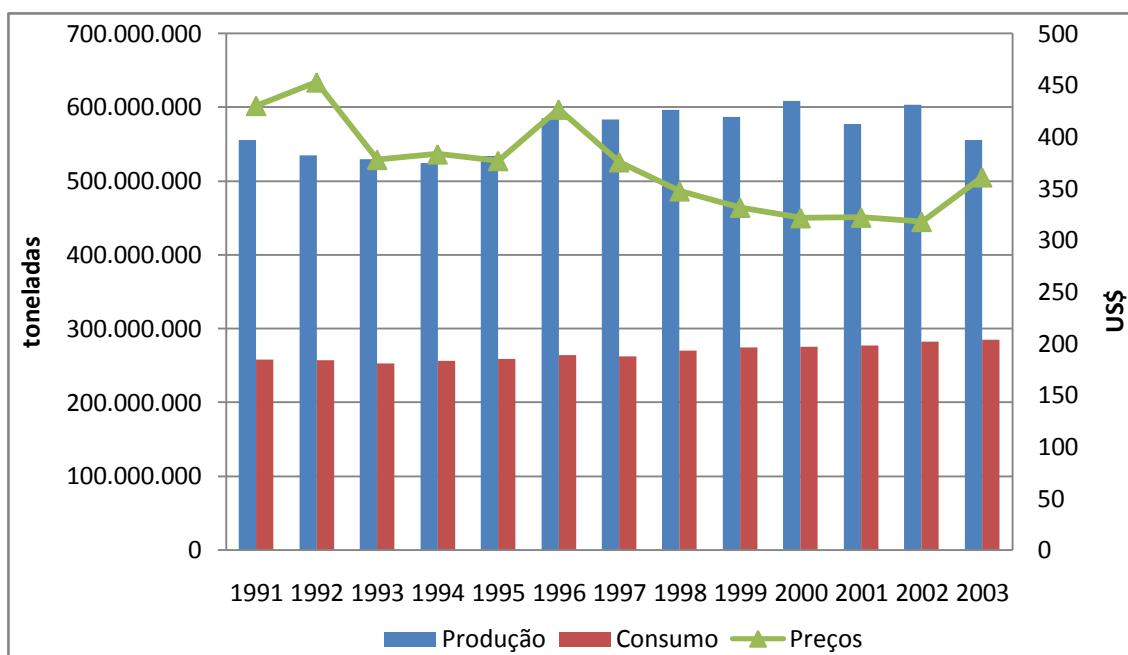
Os preços médios foram calculados através de ponderações, fixando-se as proporções originais do valor da produção para cada país no ano base de 1991, montando-se assim a cesta da UE-15 para os anos consecutivos. Maiores detalhes sobre os índices e as ponderações podem ser encontrados no Anexo I.

O Gráfico 4 mostra, em toneladas, o total da Produção, do Consumo, e os Preços em dólares por tonelada no período de 1991 a 2003 para os alimentos na UE-15.

O Consumo, como já era de se esperar pela especificidade do bem em questão, se mantém bem inelástico em relação à variação dos preços, e vem crescendo pouco, acompanhando o baixo crescimento populacional (em alguns países até negativo) da UE-15, e os preços para o produtor vêm decaindo, muito provavelmente como resultado das Reformas MacSharry de substituição de preços altos por pagamentos diretos.

Comparativamente, a Produção doméstica é mais do que o dobro do Consumo para quase todos os anos, excetuando-se 2003 onde é aproximadamente 95% maior que esse, mostrando indubitavelmente que a União Europeia produz mais do que ela necessita consumir, ou seja, é não só “auto-suficiente”, mas também produz um excedente alimentar gigantesco.

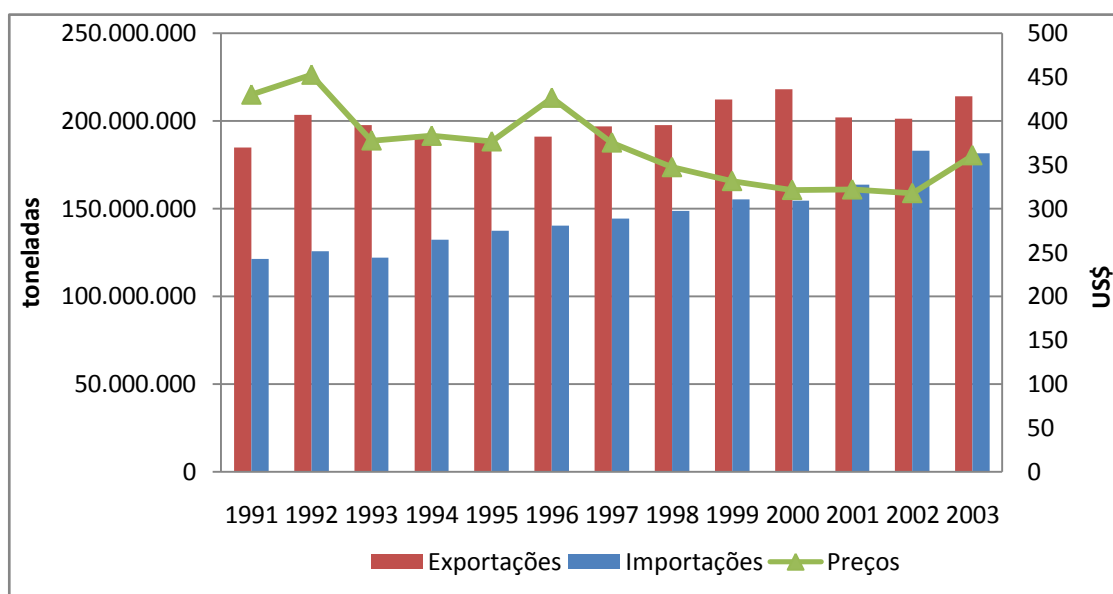
Gráfico 4 - Produção, Consumo e Preços – 1991 a 2003



Fonte: FAO. Elaboração própria.

Ainda nessa direção, o Gráfico 5 evidencia que não apenas a UE mantém um alto nível de produção, como também é uma “exportadora líquida” de alimentos durante todo o período estudado.

Gráfico 5 – Exportações, Importações e Preços – 1991 a 2003



Fonte: FAO. Elaboração própria.

Esse último gráfico dá indícios de que é muito provável que o aumento da produção, em grande parte, não foi feito para atender especificamente a demanda interna, uma vez que o consumo foi bem inelástico ao longo dos anos e as crescentes taxas de importação foram combinadas com também trajetória ascendente das exportações. Existem, assim, fortes indícios de que a indústria agrícola que se desenvolveu com a PAC, em grande parte, é uma indústria voltada para o setor exportador.

Entretanto, existem também indícios de tendência de redução do hiato entre o volume de suas exportações e importações, ao se observar o maior crescimento das segundas em relações às primeiras.

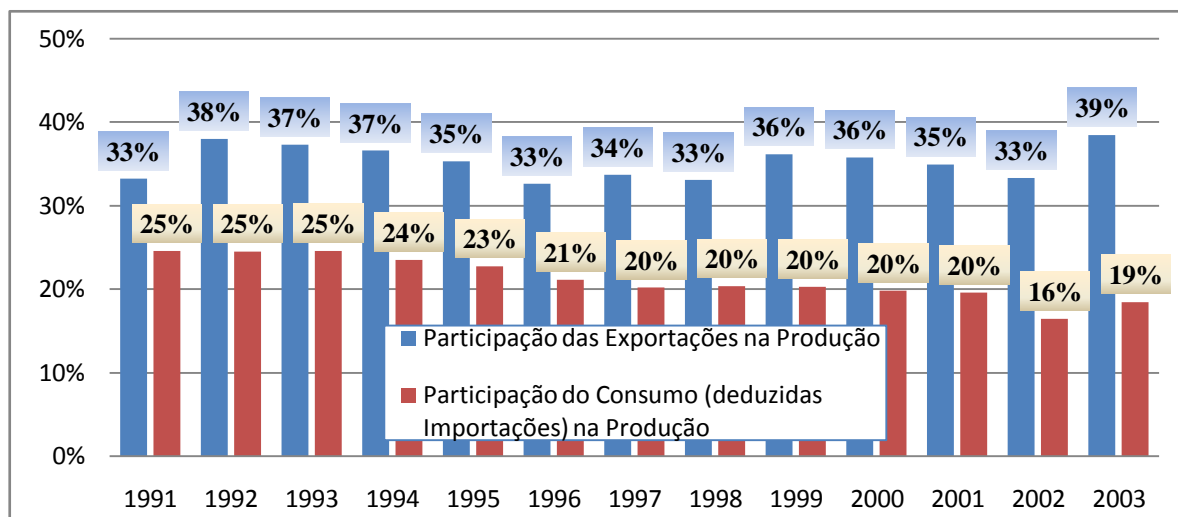
Mesmo com a queda dos preços para o produtor durante o período, a produção mantém uma trajetória crescente, coincidindo com o aumento da produção. É provável que essa indústria obtenha uma rentabilidade maior ao exportar, por receber pagamentos diretos, como subsídios a exportação para isso, ao invés de vender no mercado doméstico.

Isso fica mais claro se for investigando o “share”, ou seja, a participação das Exportações na Produção assim como o “share” do Consumo descontadas as Importações na Produção durante os anos. O objetivo de se deduzir as importações é saber, aparentemente, quanto do total produzido é efetivamente consumido. É sabido que existe re-exportação de produtos em alguns casos, como, por exemplo, no caso do açúcar, no qual essa re-exportação era inclusive beneficiada com a concessão de subsídios à exportação. No entanto, assume-se, também como hipótese simplificadora, que não existe re-exportação, ou seja, tudo que é importado é efetivamente consumido.

Através do Gráfico 6 é possível analisar como os agricultores destinaram as suas produções durante o período estudado. Em 1991 as exportações correspondiam a, aproximadamente, 33% do destino da produção enquanto que o consumo correspondia a 25% da produção, descontadas as importações. Ao longo dos anos, o consumo perdeu relevância, chegando a apenas 19% ao final do período, enquanto que as exportações mantiveram uma trajetória ascendente no total da produção correspondendo em 2003 a 39% do destino.

Esses números corroboram as evidências ressaltadas anteriormente de que, muito provavelmente, a produção protegida pela PAC cresceu aproveitando as oportunidades criadas por essa própria política, voltando-se para a atividade exportadora.

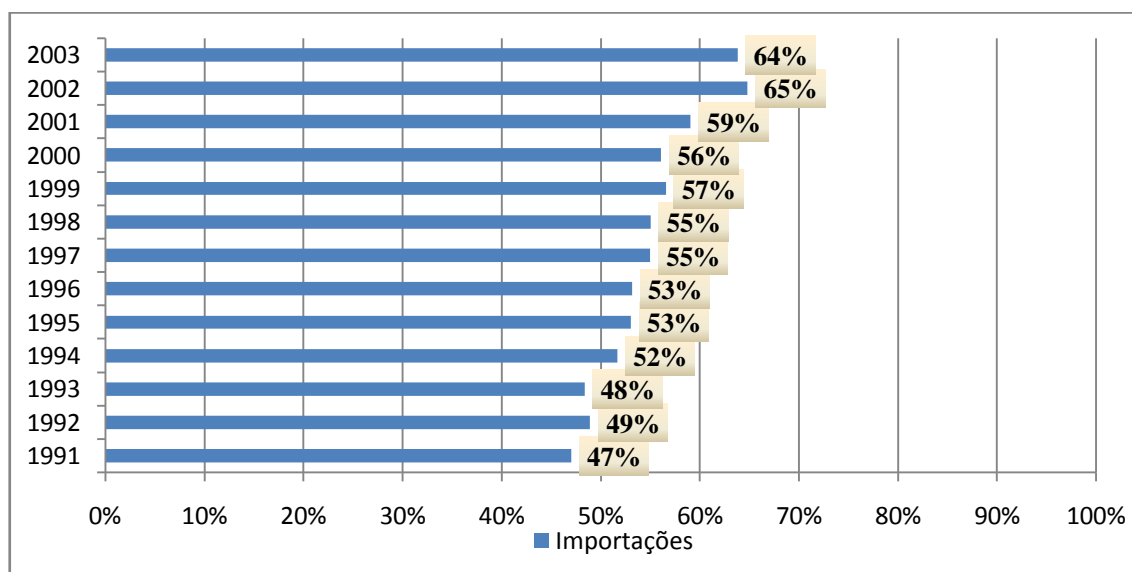
Gráfico 6 – Participação das Exportações e Consumo (deduzidas Importações) na Produção – 1991 a 2003



Fonte: FAO. Elaboração própria.

Ainda nessa perspectiva, mas por outra ótica, a do consumo, o Gráfico 7 chega a resultados que apontam na mesma direção que os demais, ao analisar o quanto as Importações correspondem ao total consumido ao longo dos anos.

Gráfico 7 – Importações sobre o Consumo – 1991 a 2003



Fonte: FAO. Elaboração própria.

Em 1991 as importações correspondiam a 47% do total consumido (admitindo também que não existe reexportação), já em 1994 esse percentual alcança o patamar de mais de 50%, chegando em 2003 ao elevado patamar de 64% do consumo.

Foi verificado que o crescimento da agricultura da UE, apesar de transformá-la em uma exportadora líquida de alimentos, aponta na direção de uma especialização da produção em produtos destinados para o mercado internacional, implicando necessidade de importação de outros “alimentos” com vistas ao atendimento de todas as necessidades de consumo alimentar. A comprovação da ocorrência ou não dessa tendência de especialização, no entanto, requereria a análise por produtos que compõem a cesta selecionada, o que foge aos objetivos deste trabalho.

III.2 Distribuição da Renda ao Produtor

Um dos principais objetivos da PAC é o estímulo a manutenção da atividade agrícola pelos pequenos produtores e, principalmente, dentro deste grupo, a chamada agricultura familiar. Como dito, a política de preços altos e pagamentos diretos justifica-se principalmente na tentativa de fixar essas pessoas no campo, evitando o êxodo rural e os diversos outros problemas de ordem social e econômica que poderiam ser acarretados.

No entanto, da forma que foi feita, recompensando a produção de grandes montantes de alimentos, a PAC acaba por se distanciar do seu objetivo principal, pagando majoritariamente os grandes proprietários de terra europeus, dentre eles, grandes corporações, empresários agrícolas e até mesmo membros do governo e da nobreza européia.

Como diz Baldwin (2005):

The CAP makes payments to farm owners, not to farmers, and about 40% of EU farmland is not farmed by its owner. There is nothing unusual or wrong with rich people earning money on their assets – land in this case. That is the heart-and-soul of the social market economy: the market allocates production and the government redistributes income to make the allocation of consumption fair. What is desperately wrong with these payments is that they are financed in part by some of the EU's poorest citizens. (p. 1)

Baldwin traz à tona o problema de que o financiamento da PAC é feito pelo orçamento comum, com fundos arrecadados dos cidadãos comuns, o que significa que, indiretamente,

estes, incluindo os segmentos mais pobres da UE, financiam o pagamento de subsídios a grandes latifundiários europeus.

Sendo assim, essa política pública se desvirtua de suas diretrizes ao não colaborar com a melhor distribuição de renda por ela mesma proposta, mostrando-se também ineficiente.

A partir de uma análise realizada por Baldwin (2005), as evidências em relação à má distribuição da renda gerada pela PAC são facilmente destacáveis. A Tabela abaixo e seu respectivo gráfico (Gráfico 8) apresentam esta análise com base no cruzamento dos cumulativos de pagamentos por grupos de fazendeiros, baseados nos tamanhos de suas terras. O tamanho da propriedade, conforme o estudo, reflete lucro anual em euros.

Tabela 1 – PAC como dooH niboR - 2003

Área da propriedade	Cumulativo de Pagamentos	% de Pagamentos	Cumulativo do nº de Fazendeiros	% de Fazendeiros	Média de Pagamentos/ Fazenda
mais de 500.000	2%	2%	0,02%	0,02%	780.328 €
300.000 a 500.000	5%	3%	0,05%	0,03%	376.541 €
200.000 a 300.000	7%	2%	0,10%	0,05%	241.454 €
100.000 a 200.000	13%	6%	0,38%	0,28%	132.685 €
50.000 a 100.000	27%	14%	1,49%	1,11%	66.978 €
20.000 a 50.000	53%	26%	6%	4,51%	30.239 €
10.000 a 20.000	71%	18%	13%	7,00%	14.079 €
5.000 a 10.000	84%	13%	24%	11,00%	7.011 €
2.000 a 5.000	94%	10%	40%	16,00%	3.256 €
1.250 a 2.000	96%	2%	48%	8,00%	1.593 €
0 a 1.250	100%	4%	100%	52,00%	426 €

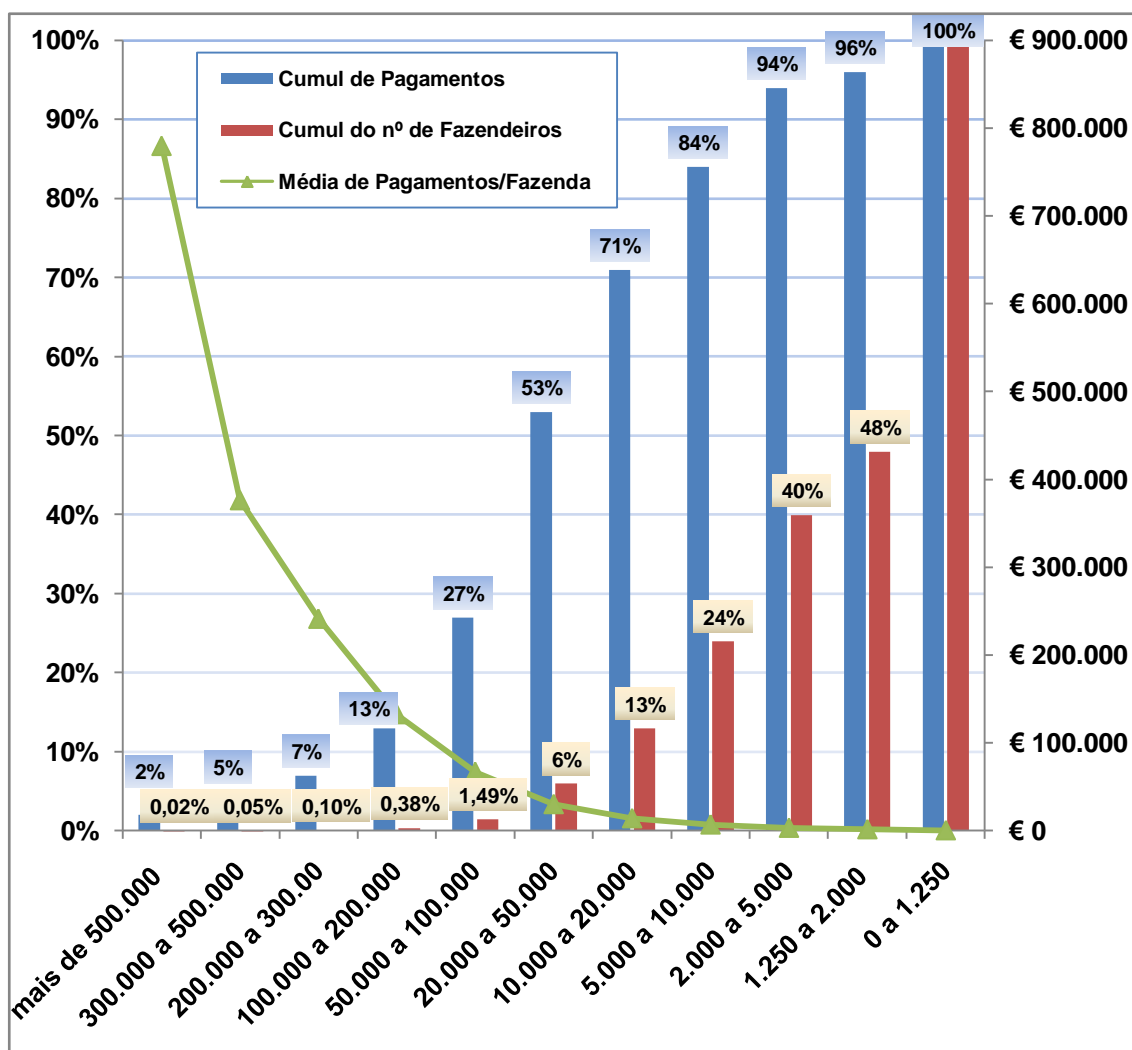
Fonte: Baldwin (2005). Elaboração própria.

Baldwin chama de esquema dooH niboR a PAC (Robin Hood escrito ao contrário), pois afirma que esta política funciona de forma a tirar o dinheiro dos cidadãos comuns e repassá-los em forma de pagamentos diretos em sua maior parte, para os cidadãos mais ricos da União Européia.

A Tabela 1 e o Gráfico 8 e 9 mostram que os maiores pagamentos são realizados às maiores propriedades, aquelas que têm maior lucro recebem mais dinheiro da PAC. No Gráfico 8 estão os valores acumulados, mostrando a concentração dos valores, enquanto que

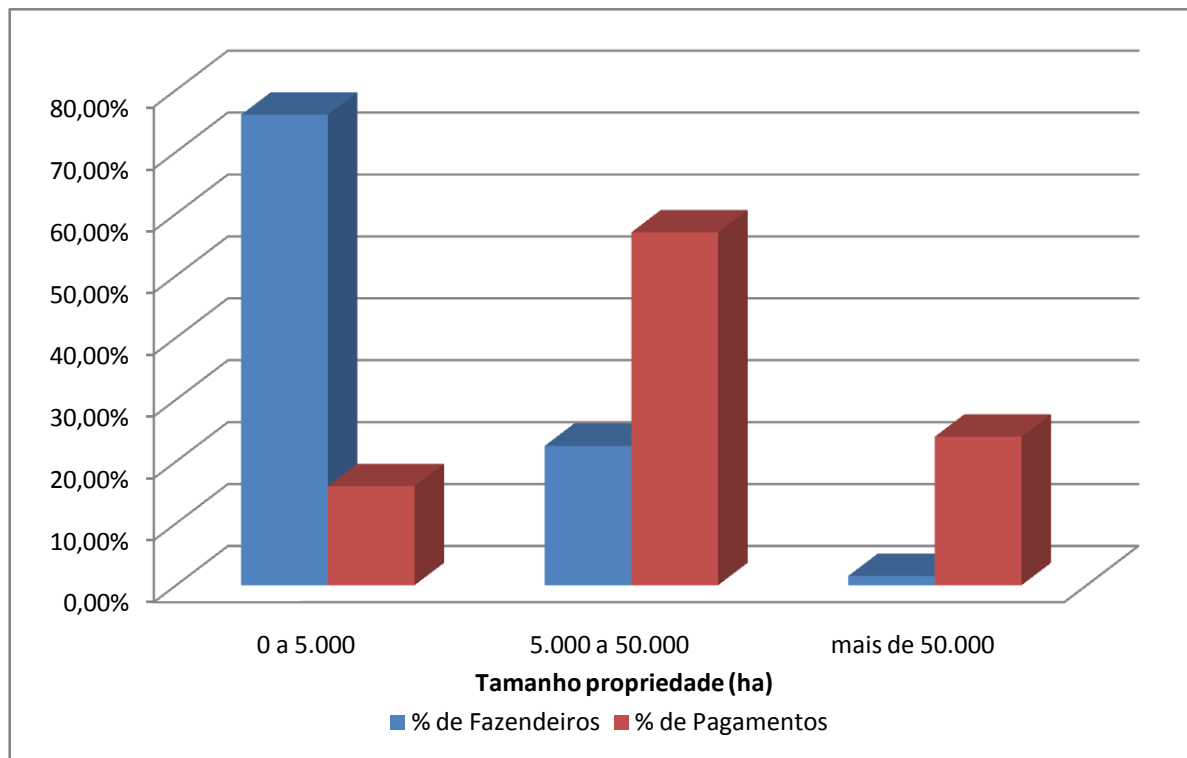
no Gráfico 9 os valores são apresentados por faixa de propriedade de forma não cumulativa. As grandes fazendas correspondem a apenas 0.02% do total de fazendas da Europa e sozinhas recebem 2% do total do dinheiro, recebendo em média 780 mil euros por ano cada uma, enquanto que as menores fazendas correspondem a 52% do total de fazendas e recebem apenas 4% do dinheiro da PAC, ganhando em média 426 euros cada uma por ano.

Gráfico 8 – PAC como esquema dooH niboR - 2003



Fonte: Baldwin (2005). Elaboração própria.

Gráfico 9 – PAC como esquema dooH niboR – 2003

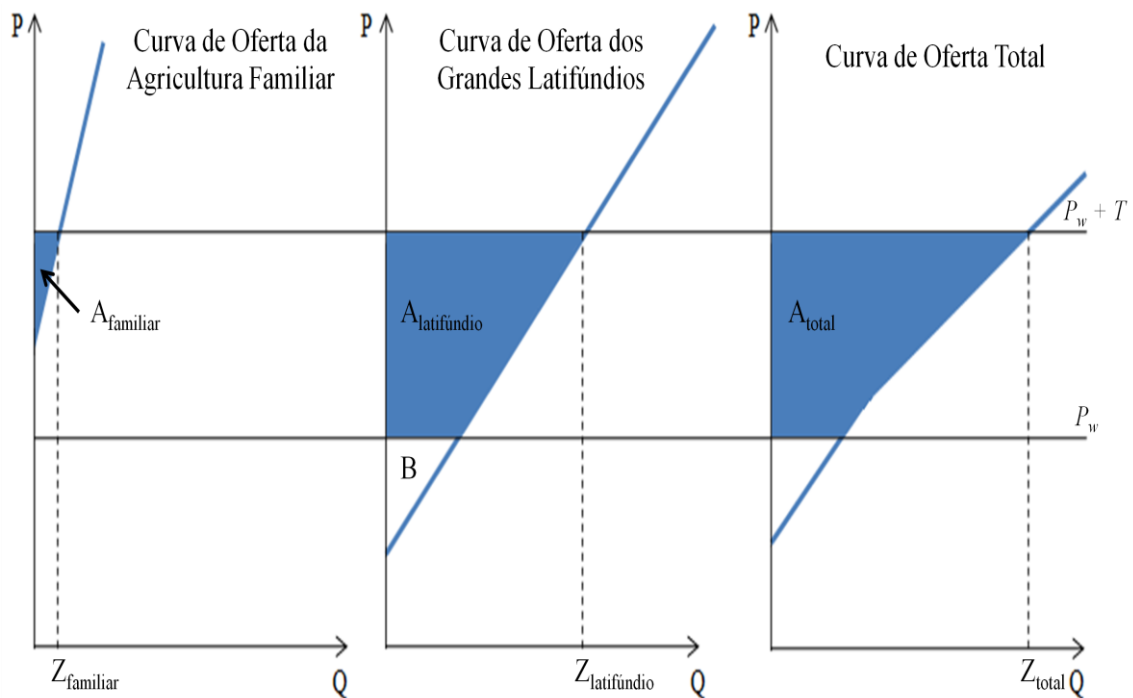


Fonte: Baldwin (2005). Elaboração própria.

As 1.5% maiores fazendas recebem 27% do total dos fundos da PAC, recebendo em média 70 mil euros por ano e as 6% maiores recebem mais da metade de todos os fundos, ganhando em média 30 mil euros por ano.

As diferenças de montante de pagamentos entre as fazendas de diferentes tamanhos são grandes, demonstrando o quão ineficiente é esse política como forma de distribuição de renda. Fazendo um paralelo com as teorias do excedente, pode-se entender que o excedente dos pequenos produtores é a área mostrada a esquerda da Figura 7, enquanto que o excedente das grandes propriedades é a área do meio da mesma Figura. A soma das duas áreas é o excedente total do produtor, que ao ser analisado individualmente, nos mostra que os pequenos produtores ganham quase nada com a PAC.

Figura 7 – Distribuição dos ganhos agricultura familiar e grande latifúndio



Fonte: Baldwin & Wiplosz (2006)

As pequenas fazendas e as fazendas familiares, por serem menores, são tipicamente menos eficientes do que as grandes propriedades³. Se os preços internacionais forem P_w , as pequenas fazendas não produziram nada, apenas os grandes latifúndios produziram, pois, na situação de livre-comércio, os preços na UE cairiam até os preços internacionais.

Mas ao preço $P_w + T$, ambas as fazendas produzem respectivamente $Z_{familiar}$ e $Z_{latifúndio}$, sendo então Z_{total} todo o alimento produzido pela economia, entretanto, o excedente do produtor é mal distribuído.

O Excedente do Produtor para as pequenas propriedades é apenas a pequena área $A_{familiar}$ enquanto que o excedente do grande latifúndio é a grande área $A_{latifúndio} + B$, visto que este já produziria mesmo aos preços do mercado internacional. A política de preços mais altos que os do mercado internacional ajudam em proporção ao tamanho da produção, então os grandes produtores se beneficiam mais dessa política.

³ As curvas de oferta refletem o custo marginal de cada fazenda, logo uma curva de oferta mais inclinada, como a da agricultura familiar, significa que tem custos marginais mais altos para qualquer nível de produção.

A questão é que como o Excedente do Produtor é o que os fazendeiros realmente ganham, uma política de sustentação de preços altos ajudam todos os produtores, contudo tendem a enriquecer os grandes latifundiários, o que é paradoxal.

III.3 Lucratividade e Êxodo Rural

Faz sentido imaginar que se a PAC tem sucesso nos seu objetivo social de manter o homem no campo é porque ela consegue manter níveis razoavelmente constantes da lucratividade do setor agrícola, uma vez que as pessoas não teriam a necessidade de migrar para uma outra atividade produtiva.

Nas seções anteriores foi analisado que a distribuição do excedente do produtor é muito concentrada nas mãos dos grandes proprietários. Nesta seção, serão estudadas variáveis que corroboram essa idéia.

O Gráfico 10 mostra que ao longo dos anos de 1997 a 2003 a valor adicionado ao setor agrícola não variou muito, nem se descontando a preços para os produtores. O mesmo acontece para o Índice de Lucratividade A da atividade agrícola⁴.

A preços básicos, o valor adicionado cresceu muito pouco, enquanto que se descontados em preços para os produtores, este teve uma ligeira queda de menos de 2%. O índice de lucratividade da atividade agrícola também tem uma ligeira queda, contudo essa foi em menos de 1%.

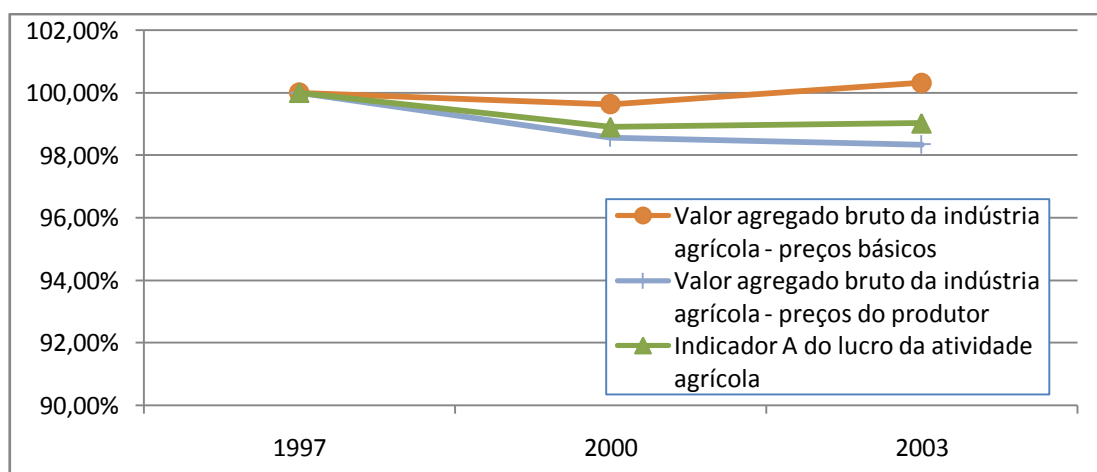
Seria razoável que, com a constância dos indicadores de rentabilidade do setor agrícola, os índices de fixação do homem ao campo também se mantivessem também quase constantes, entretanto não é isso que ocorre.

Como analisado, os baixos volumes renda distribuídos para os pequenos produtores não é suficiente para manter a atividade agrícola rentável para estes. Além disso, é provável que a PAC, não só pagando valores insuficientes aos pequenos produtores, como pagando

⁴ O Índice de Lucratividade A da atividade agrícola é calculado pela União Européia e corresponde ao valor agregado líquido a fatores de custos da agricultura pelo total de unidades de trabalhos anuais, sendo o índice de preços do PIB utilizado como deflator implícito.

grandes quantias aos grandes latifundiários, promova a expulsão dos primeiros do campo e a concentração das terras nas mãos de poucos.

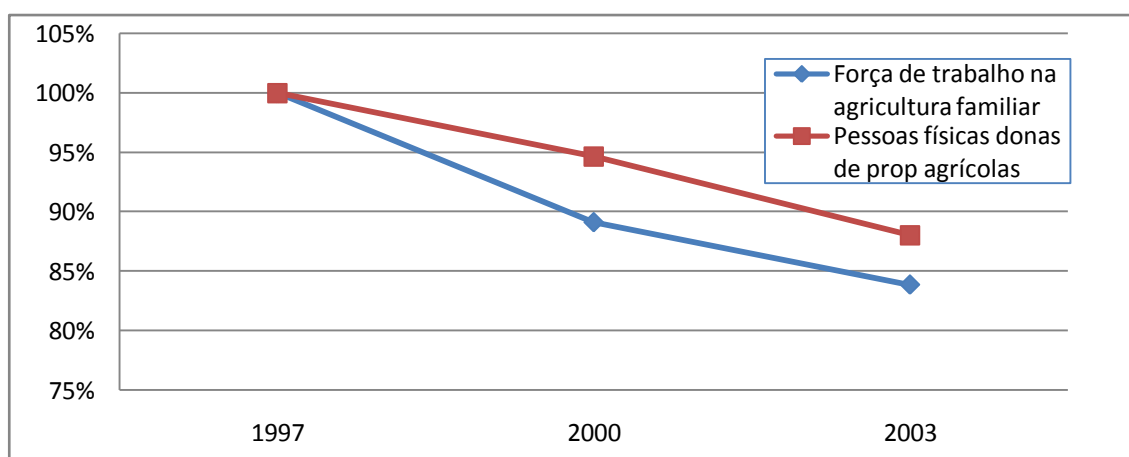
Gráfico 10 – Variação Percentual do Valor agregado bruto da indústria agrícola a preços básicos, de produtor e Indicador A do lucro da atividade agrícola – 1997 a 2003



Fonte: EUROSTAT. Elaboração própria.

O Gráfico 11 mostra a variação do tamanho da força de trabalho familiar na agricultura como forma de mostrar o êxodo rural e, como uma boa Proxy da concentração de terras, a variação da quantidade de proprietários de terra “pessoas física”, pois se esse número diminui, significa que pessoas jurídicas (geralmente corporações) estão se transformando em donas das terras, ou mesmo que um número menor de pessoas físicas são donas de uma maior área de terra, o que também é concentração.

Gráfico 11 – Variação Percentual da Força de trabalho na agricultura familiar e das Pessoas físicas donas de propriedades agrícolas – 1997 a 2003



Fonte: EUROSTAT. Elaboração própria.

O número de pessoas físicas donas de propriedades agrícolas caiu aproximadamente 12% em 6 anos e a força de trabalho na agricultura familiar aproximadamente 16%. Pode parecer uma variação pequena, mas em números absolutos, significa que mais de 820 mil pessoas deixaram de ser proprietárias de terra e também que mais de 2 milhões e duzentas mil pessoas não trabalham mais na agricultura familiar.

Em suma, existem fortes evidências de que a PAC em seu formato atual não consegue combater de forma adequada o êxodo rural e que pode ser um fator importante para a concentração das terras nas mãos de grandes proprietários.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo estudar a Política Agrícola Comum da União Européia analisando se os mecanismos executados por esta foram eficientes para cumprir com seus objetivos de redução da dependência das importações para o abastecimento de alimentos e de combate ao êxodo rural e mostrar os reais efeitos desses.

Ao longo do trabalho, foram apontadas evidências de que a União Européia conseguiu se tornar auto-suficiente na produção de gêneros agrícolas tornando-se inclusive uma exportadora líquida de alimentos. Porém, sua auto-suficiência é questionável, uma vez que, tanto a produção, exportações e importações sobem simultaneamente. É provável que a UE ainda seja dependente em relação a alguns gêneros, mas que tenha obtido vantagens (com a PAC) na produção voltada para exportação em outros gêneros.

Entretanto, esse objetivo vem sendo obtido através de uma política de favorecimento ao produtor agrícola, sendo sustentando preços mais altos que o mercado internacional ou com pagamentos diretos para estes. Isso significa que, de qualquer forma, os cidadãos da UE financiam a política, ou como consumidores pagando os preços mais altos ou como contribuintes ao pagarem os impostos que compõem as fontes de receitas do Orçamento daquela.

Ainda, já era esperado que o consumo de alimentos não variasse muito com a diminuição do nível de preços pela sua baixa-elasticidade preço, entretanto, a produção reage de forma contrária a aquele, provavelmente justificado pelo regime de pagamentos diretos, relativo ao total produzido, introduzido pelas Reformas MacSharry de 1991, evidenciando que decisão de produzir continua desvinculada em parte do mecanismo de mercado, apoiando-se fundamentalmente na política pública.

Ademais, o argumento do compromisso da UE com a transferência de renda para uma camada menos privilegiada da sociedade, os pequenos produtores europeus, pode ter a eficiência de seu cumprimento fortemente questionada através, não só a partir das evidências de concentração de terras e êxodo rural no período analisado, como também da análise da média de pagamentos recebida por grandes e pequenos produtores.

Em 2003 foram feitas novas reformas na PAC, as reformas Fischler que têm impacto também liberalizante, contudo, a julgar pela vivacidade das disputas internas na UE e as freqüentes discussões nas negociações multilaterais, realizadas sob o âmbito da OMC, é provável que esta ainda não tenha obtido os efeitos desejáveis tanto para a sociedade europeia, como o resto do mundo.

A dificuldade reside não só em mensurar o peso-morto de uma política como esta ou em mensurar o custo para o consumidor, mas principalmente pelas pressões políticas exercidas pelos lobbistas europeus do setor agrícola e essencialmente em estabelecer/definir uma política que atinja diretamente os pequenos produtores rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDWIN, R.. *Who finances the Queen's CAP payments? The CAP as a dooH niboR Scheme*, CEPS Policy Brief No.88, December, 2005.

BALDWIN, R.; WYPLOSZ, C.. *The Economics of European Integration*. 2nd Edition Berkshire: Mcgraw-hill, 2006.

CARTOU, L. *L'Union européenne: Traités de Paris – Rome – Maastricht*. Paris: Dalloz, 1996.

COMISSÃO EUROPÉIA. *Agriculture, environnement, développement rural: faits et chiffres - Les défis de l'agriculture*. Bruxelas, 1999. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/envir/report/fr/index.htm>>. Acesso em: 10 set. 2008.

CUNHA, R. T. *Direito de Defesa da Concorrência: Mercosul e União Européia*. Barueri: Manole, 2003.

CURADO, H. *O Orçamento da União Européia: A problemática da sua insuficiência*. 1996. 113 f. Tese (Mestrado) - Curso de Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 1996.

DEPONTI, C. *Política Agrícola Comum (PAC) na União Européia*. Revista de Pesquisa e Pós-graduação, Erechim, n.01, p.65-80, 2000.

ECONOMIC RESEARCH SERVICE/USDA (Org.). *The European Union's Common Agricultural Policy: Pressures for Change*. WRS-99-2 Washington, 1999. (Situation and Outlook Series). Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/publications/wrs992/wrs992.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

EL-AGRAA, A. M.. *The European Union: economics and policies*. 6th Edition Harlow: Person Education, 2004.

EUROSTAT, Agriculture Tables. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996,45323734&_dad=portal&_schema=PORTAL&screen=welcomeref&open=/&product=REF_TB_agriculture&depth=2>. Acesso em 15 set. 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Searching for Common Ground: European Union Enlargement and Agricultural Policy*. Roma, 1997. (FAO Agricultural Policy and Economic Development Series - 1). Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/w7440e/w7440e00.htm>>. Acesso em: 12 set. 2008.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.. *Economia Internacional: Teoria e Política*. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

RIBEIRO, D. M. G.. *A Política Agrícola Comum da Comunidade Européia e seus efeitos no acordo entre o Mercosul e a CE*. 2007. 157 f. Tese (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

VARIAN, H. R.. *Microeconomia: Princípios Básicos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ANEXO I: METODOLOGIA AGREGAÇÃO DE PREÇOS

A análise gráfica comparativa foi procedida através da pesquisa de dados e manipulações dos mesmos quando necessárias, melhor descritas abaixo.

Os valores absolutos foram obtidos através do banco de dados disponibilizado pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) o FAOstat através dos índices de Produção, Importações, Variação de Estoques, Exportações, Consumo e Oferta Doméstica, nos subitens “Cereals – Excluding Beer”, “Maize”, “Sugar, Raw Equivalent”, “Vegetables”, “Wheat”, “Bovine Meat”, “Eggs”, “Milk – Excluding Butter”, “Pigmeat” e “Poultry Meat” para o país “European Union (15) +” que fornece o agregado dos 15 países citados.

Os preços foram obtidos também através do FAOstat, entretanto, por inexistência dos mesmos indicadores, foram utilizados outros correlatos aos alimentos utilizados, sendo estes “Cereals, nes”, “Maize”, “Sugar beet” e “Sugar Cane”, “Leguminous vegetables, nes”, “Wheat”, “Cattle meat”, “Hen Eggs, in Shell”, “Cow Milk, whole, fresh”, “Pig meat” e “Chicken meat” de cada país individualmente da UE15, por inexistência de um agregado pra esta.

Para o cálculo de um preço médio anual para a cesta de bens, foram feitas ponderações da seguinte forma: para todos os anos de 1991 a 2003

- (i) multiplicam-se os preços⁵ disponíveis de cada bem específico para cada país individualmente pela respectiva quantidade destes em cada bem, encontrando assim o valor da produção;
- (ii) soma-se o valor da produção dos 15 países achando o valor total da produção da UE15;
- (iii) divide-se então esse valor pela quantidade total produzida pelos 15 países, achando ao fim o preço ponderado pelo valor da produção para cada gênero, para os 13 anos;
- (iv) O procedimento de (i), (ii) e (iii) é repetido agora multiplicando os preços ponderados encontrados para cada alimento com o total da produção de cada

⁵ Os preços disponíveis são os preços para os produtores em dólares americanos, ou seja, descontados os impostos finais sobre a produção nacional, o preço o qual os produtores agrícolas realmente recebem com a venda da sua produção.

alimento, somando um a um, e dividindo o “valor total ponderado da produção” pelo total da produção, encontrando um preço médio ponderado para a cesta, ano a ano;

- (v) Fixam-se as proporções do ano base de 1991 multiplicando os preços ponderados de cada alimento encontrados em (iii) pela suas respectivas produções do ano base e dividindo pelo preço médio ponderado da cesta encontrado em (iv) multiplicado pelo total da produção do mesmo ano, achando percentuais na composição do preço médio de cada alimento pro ano base e repetindo para todos os anos;
- (vi) Descontam-se as proporções ano a ano de cada alimento pela proporção do ano base, sendo assim, divide-se o preço médio pra cada alimento encontrado em (iii) pelo multiplicatório da proporção encontrada para cada ano a partir de 1992 com a proporção do ano base 1991, achando os preços para cada alimento, ano após ano, ponderados pelas proporções do ano base.
- (vii) Por fim, repete-se o procedimento (iv) multiplicando os preços encontrados em (vi) e as quantidades produzidas em cada período e dividindo novamente pela quantidade total do ano base, para todos os anos achando os preços médios ponderados pelas proporções do ano base.

O procedimento acima descrito garante que os preços possam ser analisados diminuindo o impacto nas variações das quantidade produzidas de cada bem que pudessem alterar a composição da cesta. Desta forma, é possível observar o comportamento desses preços como uma boa Proxy de um preço agregado para os alimentos em geral de uma forma conservadora (ao limitar as variações), porém menos arriscada e mais eficiente.

Ainda, foi calculado um índice de variação dos preços, de base fixa 1 = 1991, apenas dividindo a o preço encontrado pra cada ano em (vii) pelo preço de 1991, mostrando a variação dos preços de cada ano para o ano de 1991.

ANEXO II: TABELAS DE DADOS

Tabela 2 - Produção, Consumo, Exportações, Importações,
Variação de Estoques e Preços da Cesta "Alimento" na UE15 - 1991 a 2003

Ano	Produção	Consumo	Exportações	Importações	Δ Estoques	Preços
1991	555.077.406	257.645.867	184.711.604	121.191.997	-20.866.654	430,02
1992	534.199.176	257.136.880	203.325.519	125.904.632	4.385.899	452,71
1993	529.269.647	252.457.727	197.485.515	122.216.929	15.199.151	377,76
1994	524.024.104	255.698.737	191.902.016	132.166.494	17.144.873	383,06
1995	533.544.689	258.882.864	188.802.199	137.430.754	9.671.505	376,68
1996	584.353.043	263.828.879	190.859.647	140.303.376	-24.094.558	426,43
1997	582.479.320	262.228.322	196.688.649	144.297.730	-12.330.617	375,42
1998	595.756.813	270.121.659	197.571.776	148.745.877	-14.817.293	347,31
1999	586.238.775	274.369.565	212.093.872	155.276.905	1.939.717	331,44
2000	608.301.131	275.150.436	218.080.028	154.452.087	-1.456.036	321,32
2001	577.186.347	277.101.192	201.867.709	163.795.246	15.375.858	321,86
2002	602.911.048	282.197.177	201.055.675	182.971.915	-21.059.999	317,73
2003	555.318.371	284.136.535	213.855.684	181.393.390	32.581.102	360,88

Fonte: FAOstat. Elaboração própria.

Tabela 3 - Êxodo Rural, Valor Agregado Bruto
(VAB) e Lucratividade da Indústria Agrícola - 1997 a 2003

	1997	2000	2003
Força de Trabalho na Agricult. familiar	13.708.530	12.218.580	11.497.820
Pessoas físicas donas de prop. Agríc.	6.868.720	6.502.170	6.047.330
VAB da ind. Agríc. - preços básicos	1.423.970.700	1.418.820.300	1.428.509.600
VAB da ind. Agríc. - preços produtor	1.180.913.600	1.164.015.000	1.161.428.300
Indicador A do lucro da Agricult.	1.011.028	1.000.000	1.001.182

Fonte: EUROSTAT. Elaboração Própria.